

RESULTADOS E APRENDIZADOS NA PRODUÇÃO RESPONSÁVEL DA SOJA NO BRASIL E PARAGUAI: UMA ABORDAGEM DE PAISAGEM

SFTF3

Solidaridad

the sustainable trade initiative

EXPEDIENTE

Elaboração
Cintia Cavalcanti
Joyce Brandão

Projeto Gráfico e diagramação
Mari Guimarães

Revisão
Joyce Brandão / Solidaridad
Nienke Sleurink / IDH
Mariana Pereira / Solidaridad
Fatima Cardoso / Solidaridad
Cilene Marcondes / Solidaridad

Esse material foi coordenado pela Solidaridad, com o apoio financeiro da Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH) e a colaboração de todos os parceiros implementadores.

Ano 2017

PARCEIROS IMPLEMENTADORES

ABIOVE
ADM
Earth Innovation Institute
Instituto aiba
Instituto Centro de Vida
IPAM Amazônia
ISA Instituto Socioambiental
The Nature Conservancy
Proteger a natureza é preservar a vida.

Solidaridad

A Solidaridad é uma organização internacional sem fins lucrativos com mais de 40 anos de experiência e atuação em mais de 50 países no desenvolvimento de cadeias de valor socialmente inclusivas, ambientalmente responsáveis e economicamente rentáveis no campo dos agronegócios e da mineração artesanal. Realiza parcerias e soluções inovadoras em cada segmento junto a empresas, governos e comércio para apoiar agricultores de pecuaristas a produzir mais e melhor, promovendo a transição para uma produção agropecuária que respeita o planeta.

Saiba mais em: www.solidaridadnetwork.org
www.solidaridadsouthamerica.org
www.linkedin.com/company/solidaridad-brasil

idh **the sustainable trade initiative**

A Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH) é uma organização sem fins lucrativos que reúne empresas inovadoras, organizações da sociedade civil e governos em parcerias público-privadas para transformar mercados no sentido de alcançar produção, comércio e consumo com maior sustentabilidade ecológica e social. A IDH opera globalmente em 11 setores de commodities e em 12 territórios em mais de 40 países. Com seus mais de 500 parceiros, a IDH desenvolve, conduz, cofinancia e avalia modelos de negócios inovadores que têm o potencial de gerar sustentabilidade em larga escala.

Saiba mais em: www.idhtrade.org.

SUMÁRIO

06 **INTRODUÇÃO**

07 O *Soy Fast Track Fund* (SFTF): ampliando a adoção de boas práticas na cadeia produtiva da soja
09 Paisagens sustentáveis: buscando soluções integradas para o território
11 A soja nos territórios abrangidos pelos projetos do SFTF III

14 **PROJETOS IMPLEMENTADOS**

15 Paisagens Sustentáveis para Produção de Soja no estado de Mato Grosso
16 Querência+: Territórios Sustentáveis no Mato Grosso
17 Promovendo uma área de fornecimento sem risco socioambiental: uma abordagem territorial sustentável no norte do Mato Grosso
18 Gerenciando riscos socioambientais no território da soja no nordeste do Mato Grosso
19 Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Bacia do Rio de Janeiro, no oeste da Bahia
21 Fortalecendo o Programa Soja Plus no oeste da Bahia, Brasil: um passaporte para o mercado europeu
21 Sustentagro: Construindo uma área de originação livre de risco socioambiental para a produção de soja na região leste do Paraguai

22 **LIÇÕES APRENDIDAS**

23 Governança
28 Produção
32 Conservação
37 Inclusão Social
41 Ambiente de Negócios

46 **CONCLUSÃO**

53 **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

54 **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

INTRODUÇÃO

Este relatório é fruto do desenvolvimento da terceira fase do Programa *Soy Fast Track Fund* (SFTF) e tem por objetivo trazer os principais resultados e aprendizados alcançados durante a construção e execução de um conjunto de intervenções ambientais, sociais e produtivas integradas, realizadas por sete projetos, que buscaram contribuir para o estabelecimento de áreas de originação mais sustentáveis de soja nos estados de Mato Grosso e Bahia e na região leste do Paraguai.

Ao considerar a complexidade de fatores envolvidos no desenvolvimento territorial das regiões e municípios nos quais essa cadeia produtiva se estabelece, a fim de enfrentar problemas multifacetados, em especial o desmatamento, buscou-se dar materialidade ao conceito de Paisagens Sustentáveis por meio desses projetos.



FAZENDA DE SOJA E PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA (MT).
FOTO: CINTIA CAVALCANTI

O *SOY FAST TRACK FUND:* AMPLIANDO A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS NA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA

A soja ocupa, atualmente, a quarta posição no *ranking* dos grãos mais produzidos e consumidos no mundo. O crescimento contínuo e notável de sua cadeia produtiva está associado à estruturação de um sólido mercado internacional, à sua consolidação como uma importante fonte de proteína vegetal – tanto para alimentação humana, como animal –, e ao desenvolvimento de tecnologias que impulsionaram sua expansão produtiva. Esse processo tem sido acompanhado por impactos em seu ambiente de negócios, fazendo com que questões como a conservação de florestas nativas, a garantia de direitos fundiários, o uso de boas práticas agrícolas, a inclusão social e a segurança no trabalho sejam gradualmente incorporadas nas agendas dos atores da cadeia produtiva, da sociedade civil e dos governos. Cada vez mais, as empresas globais estão sendo estimuladas a demonstrar a origem dos seus produtos, a forma como são produzidos e como elas interagem com o território onde atuam . Paralelamente, iniciativas para a melhoria da sustentabilidade dentro da cadeia produtiva da soja têm se dado por atores pioneiros, conscientes de que a produção e gestão responsável resultam em empresas e sistemas produtivos sustentáveis mais confiáveis.

Em 2006, atores dessa cadeia produtiva junto a organizações não governamentais, entre as quais a Solidaridad, fundaram uma associação, intitulada Mesa Redonda da Soja Sustentável (RTRS , em inglês), com o intuito de formular critérios ambientais, sociais e produtivos mundiais para o cultivo responsável de soja, os quais compõem o padrão RTRS de certificação.

Tendo em vista contribuir para a adoção desses critérios de melhoria contínua na gestão das propriedades, em 2011, a Solidaridad e a Iniciativa de Comércio Sustentável (*Initiatief Duurzame Handel* – IDH) iniciaram uma colaboração para implementar o programa *Soy Fast Track Fund*. Esse fundo teve como objetivo trazer escalabilidade à sustentabilidade na cadeia global da soja e oferecer suporte aos produtores rurais na melhoria contínua e certificação de suas práticas.

Nos seus primeiros quatro anos de atuação, o SFTF financiou 37 projetos, estimulando a produção e a comercialização de soja produzida de forma responsável. Atuando na melhoria de práticas ambientais, sociais e produtivas em propriedades rurais no Brasil, Argentina e Paraguai, o fundo impulsionou produtores, processadores e mercados a aumentar os volumes de soja responsável, reduzindo impactos ambientais e sociais negativos no desenvolvimento do seu cultivo, aumentando a conformidade legal nas propriedades rurais e potencializando seus benefícios produtivos no território.

Ao longo desse período, a Solidaridad atuou na gestão do SFTF, identificando parceiros, apoiando e monitorando os projetos. Juntos, IDH e Solidaridad desenvolveram uma parceria profícua na definição e implementação da estratégia do SFTF e no diálogo e aprendizado com os parceiros do setor produtivo na América Latina e do mercado europeu.

Os resultados e aprendizados acumulados durante as fases I e II possibilitaram o delineamento de uma nova etapa e proposta de abordagem. Atento às necessidades da cadeia produtiva da soja, bem como às tendências globais, em sua terceira fase (SFTF III), o fundo adaptou sua estratégia, ampliando o seu foco de atuação da propriedade rural para a escala da paisagem. Assim, o STFT III teve como objetivo de criar e testar uma abordagem integrada da paisagem baseada em indicadores ambientais, sociais e produtivos para o desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas que contribuam no suporte de áreas de originação mais sustentáveis de soja.

"Nós percebemos que para ter um impacto maior em temas que dependem de uma ação que não está apenas dentro e sob responsabilidade da fazenda, mas também, de políticas públicas e privadas setoriais, precisávamos atuar fora dela, envolvendo outros atores que se relacionam com esta atividade econômica dentro da região."
Fátima Cardoso, gerente geral da Solidaridad no Brasil.



ÁREA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS EM QUERÊNCIA/MT. FOTO: IPAM

STFT I Certificação RTRS (2011 a 2013)	STFT II Adequação socioambiental (2013 a 2015)	STFT III Paisagens Sustentáveis (2015 a 2017)
Estimulou a adoção da certificação RTRS pelos produtores, aumentando o número de propriedades certificadas, e fomentou a demanda de fornecedores por soja certificada.	Expandiu o número de adesões de produtores ao processo de certificação, ampliando a escala de adoção das melhores práticas, e ofereceu suporte à adequação ambiental, social, da saúde e segurança das propriedades para o cumprimento da legislação.	Desenvolveu uma estratégia de intervenção no nível da paisagem que considera a complexidade da sustentabilidade ambiental, social e econômica nas áreas de originação de soja.

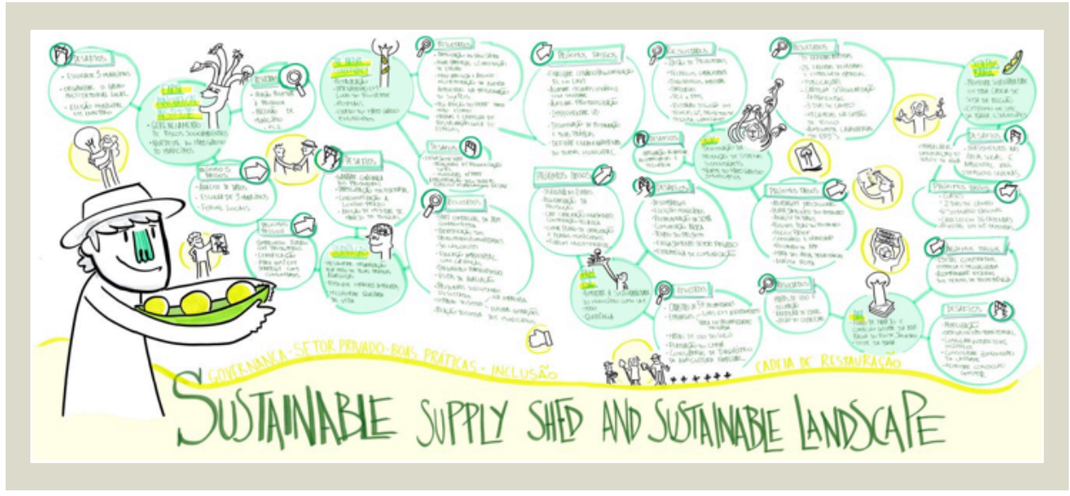
PAISAGENS SUSTENTÁVEIS: BUSCANDO SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA O TERRITÓRIO

Considerando que grande parte das problemáticas regionais, como o desmatamento e a exclusão social e produtiva, não advém de um fator exclusivo, a Solidaridad e a IDH realizaram, com parceiros implementadores, a prospecção de projetos que propusessem uma abordagem territorial, na qual aspectos como a produção responsável de soja, a adequação socioambiental das propriedades rurais e a governança ambiental fossem contemplados, e que apresentassem metas voltadas ao desenvolvimento territorial dos municípios ou regiões originadores de soja.

A fim de definir as práticas que deveriam ser contempladas em uma abordagem dinâmica para **Paisagens Sustentáveis** e criar uma estrutura de monitoramento e avaliação para o SFTF III, foi estabelecido um processo de construção coletiva entre a IDH, a Solidaridad e os parceiros implementadores, que se concretizou pela realização de dois *workshops*. Em ambos os momentos, o contato presencial foi fundamental para alinhar o entendimento sobre o que se espera de uma Paisagem Sustentável em áreas produtoras de soja, e para trocas de experiências e desafios enfrentados por todas as organizações na implementação dos projetos.



ILUSTRAÇÃO DO MODELO DE INTERVENÇÃO EM PAISAGENS SUSTENTÁVEIS
FONTE: SOLIDARIDAD



Fonte: Solidaridad. Produto gráfico do 1º workshop do SFTF III, 2015

No primeiro *workshop*, as práticas prioritárias para a abordagem da paisagem nos diferentes territórios foram definidas em cinco áreas transversais:

Melhoria contínua

Envolve o uso de indicadores produtivos, sociais, ambientais e econômicos a fim de que, a partir de uma linha de base, seja possível acompanhar e monitorar o desempenho dos produtores em suas propriedades. Por outro lado, fornece suporte técnico e orientação de profissionais capacitados, visando a melhoria permanente nas propriedades e, consequentemente, na paisagem rural.

Governança ambiental local

É estabelecida por meio da mobilização, articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais e arranjos institucionais presentes na paisagem. Atua como instrumento de suporte e monitoramento de políticas públicas e de busca compartilhada de soluções para o uso do solo, contribuindo para reduzir riscos e impactos sobre os recursos naturais, para buscar novos investimentos e para tornar o território mais inclusivo.

Uso eficiente do solo

Abrange práticas para a otimização da produção, como a intensificação e integração de sistemas produtivos de lavoura e pecuária, bem como a diversificação da produção local, a fim de evitar novos desmatamentos. Além disso, inclui o planejamento territorial para uma alocação ecologicamente eficiente da expansão agrícola e manutenção da vegetação nativa, de forma a considerar os fragmentos florestais e sua interconectividade na elaboração de cenários para a restauração florestal e compensação ambiental.

Desenvolvimento da cadeia produtiva e acesso a mercados

A realização de investimentos em escala regional pelo setor privado pode dar suporte a melhorias na paisagem, colaborando para o aumento do desempenho socioambiental e produtivo dos produtores e das áreas de originação de soja. O estabelecimento de sistemas para o monitoramento desse desempenho e a análise de risco desses territórios pode agregar maior transparência, possibilitando o acesso a novos mercados, financiamentos e políticas públicas.

Inclusão social

Deve perpassar todas as demais práticas e considerando todos os atores sociais presentes no território. Para isso, é necessário que as cadeias produtivas se tornem inclusivas, possibilitando a coexistência de sistemas agrícolas de larga a pequena escala. Deve ser um requisito no fomento aos grupos de governança para que sejam abrangentes e representativos, permitindo o compartilhamento de perspectivas sobre riscos e benefícios do desenvolvimento de cadeias produtivas nos territórios.

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente, fevereiro de 2017

O próximo passo foi definir uma estrutura de monitoramento e avaliação comum para a fase III do programa, que resultou na identificação de indicadores-chave distribuídos em três eixos de ação:

- Mudanças nas Práticas de Negócio
- Melhoria da Governança da Paisagem
- Melhoria na Sustentabilidade no Campo

Tendo em vista contemplar áreas-chave de originação de soja em estágios consolidado e em expansão, consideradas ao mesmo tempo, áreas propensas a riscos, onde problemas socioambientais ainda se fazem presentes, após um acurado processo de seleção o fundo financiou seis projetos no Brasil e um no Paraguai.

A SOJA NOS TERRITÓRIOS ABRANGIDOS PELOS PROJETOS DO SFTF III

Os projetos foram delineados de acordo com as necessidades, desafios e oportunidades presentes nos diferentes territórios de atuação e realizaram intervenções articuladas buscando implementar boas práticas produtivas, ambientais, sociais e econômicas para uma paisagem sustentável.

NORTE E NORDESTE DO MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso é o maior produtor de soja no Brasil, abrangendo cerca de 28% da área cultivada no país (Conab, 2017). Em apenas duas décadas, a área destinada à produção do grão no Mato Grosso cresceu quase seis vezes, passando de 1,5 milhão para 9,3 milhões de hectares (USDA, 2017). Esse processo de expansão ao longo dos anos foi acompanhado por altas taxas de desmatamento, levando a concentração de áreas produtivas nas regiões Norte e Nordeste, especialmente ao longo de rodovias como a BR-163 e BR-158, onde hoje se encontram áreas já consolidadas e, também, em processo intenso de conversão.

Entre os anos de 2004 e 2010, a taxa anual de desmatamento no estado decaiu drasticamente, passando de 11.814 km2/ano para 871 km2/ano (PRODES/INPE), devido ao fortalecimento de intervenções comando e controle, assim como, a oscilações de mercado. Entretanto, entre os anos de 2010 e 2015, essa taxa sofreu um incremento da ordem de aproximadamente 84%, passando de 871 km2/ano para 1601 km2/ano (PRODES/INPE), respectivamente.

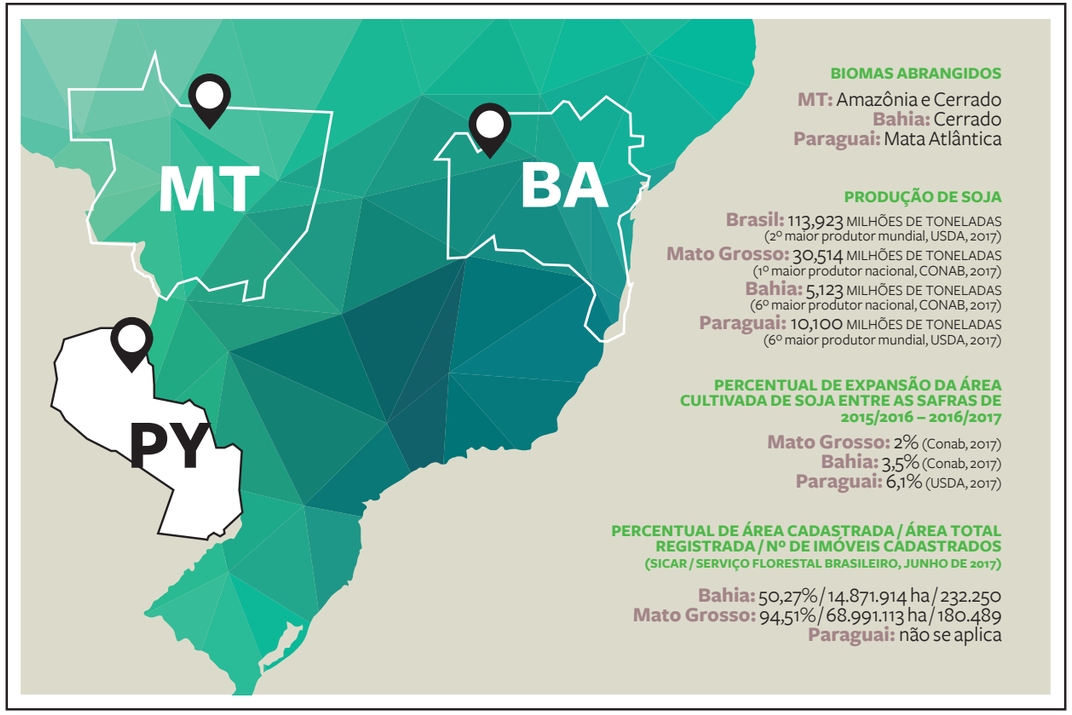
Entre os anos de 2014 e 2015, o governo do Mato Grosso, por meio de suas secretarias estaduais e municipais junto a organizações da sociedade civil, empresas privadas e entidades representativas de setores da economia do estado, lançou duas iniciativas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável: o Programa de Municípios Sustentáveis (box 1) e a estratégia Produzir, Conservar e Incluir (box 2).

Box 1 Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS)

Busca promover o desenvolvimento sustentável dos municípios mato-grossenses pelo fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, da promoção da segurança jurídica, da conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental e da redução das desigualdades sociais.

Box 2 Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI)

Visa captar recursos para a expansão e aumento da eficiência da produção agropecuária e florestal, a conservação dos remanescentes de vegetação nativa, a recomposição dos passivos ambientais e a inclusão socioeconômica da agricultura familiar, além de gerar a redução de emissões e sequestro de carbono, por meio do controle do desmatamento e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.



Nesse contexto, diversas ações propostas e indicadores usados pelos projetos do SFTF III no Mato Grosso apresentaram sinergia com a atuação de ambas as iniciativas estaduais, contribuindo diretamente para a definição, disseminação e implementação de suas metas.

OESTE DA BAHIA

O estado da Bahia é o 6º maior produtor de soja no Brasil, abrangendo 4,66% da área cultivada no território nacional. Nas últimas duas décadas, sua área plantada passou de 628 mil para 1,58 milhão de hectares (Conab, 2017). Na safra 2016/2017, a Bahia registrou um incremento de 3,5% de área plantada e de 54,3% na produtividade, enquanto no Brasil, as taxas registradas tiveram incremento de 1,9% e 17,1%, respectivamente (Conab, 2017).

Sua área produtiva concentra-se na região oeste, responsável por 88,22% da soja produzida no estado e pela produção de 4,52 milhões de toneladas, que correspondem a 4% da quantidade produzida no país. Essa região reúne dois perfis fundiários distintos de ocupação do solo: agricultura familiar e a agricultura empresarial. Na região do vale do Rio Grande, com topografia variada, predomina a agricultura de subsistência, em que as atividades mais tradicionais são os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão e a pecuária. Já a agricultura empresarial se desenvolveu na área abrangida pelo cerrado, segundo maior bioma brasileiro, que concentra atualmente o maior estoque de terras aptas para a agricultura no país. A facilidade de mecanização devido ao relevo plano e o desenvolvimento de novas tecnologias levaram a uma rápida mudança de uso do solo dentro desse bioma nas últimas duas décadas, ocasionada principalmente pela expansão do cultivo de soja, milho e algodão, tanto sobre áreas de pastagens e outros cultivos, quanto sobre a vegetação nativa.

Entre os anos de 2000 e 2014, o desmatamento no cerrado se deu, sobretudo, na região do Matopiba (confluência dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), responsável pelo desmatamento de 2,08 milhões de hectares.

No mesmo período a área ocupada por soja na região cresceu de um milhão, para 3,4 milhões de hectares, indicando que a região constitui a atual fronteira agrícola no Cerrado (Agroicone, 2016).

De acordo com Dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS), sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), entre os dez municípios que mais desmataram no bioma em 2011, quatro estão no Oeste baiano.

Além de sua importância econômica estadual, a região compreende um território de grande valor ecológico e produtivo situado entre os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio de Janeiro. Criada pelo Decreto Estadual nº 2.185/1993, abrange uma área de 351.300 hectares, na qual estão situadas diversas propriedades produtoras de soja.

LESTE DO PARAGUAI

Nas duas últimas décadas, o Paraguai assistiu a uma notável expansão do cultivo da soja, triplicando sua área produtiva no período. Esse processo de expansão resultou em elevadas taxas de desmatamento, em especial na região leste, onde se concentra grande parte da produção paraguaia.

Atualmente, o país ocupa o 6º lugar no *ranking* mundial de produção do grão, tendo a soja como principal produto da agricultura mecanizada e sua cultura como a principal geradora de receita no Paraguai. Na safra 2016/2017, foram contabilizados 3,46 milhões de hectares destinados à sua produção, o que representa um crescimento de 6,1% em relação à safra anterior (USDA, 2017).

A produção do país se dá majoritariamente em grandes e médias propriedades (>100 hectares) e é caracterizada pelo alto grau de mecanização e tecnificação, uso intensivo de agricultura de precisão, insumos e capital de investimento.

Ainda que o país tenha experienciado um crescimento econômico expressivo na última década - para o qual o setor da agricultura contribuiu de forma substancial –, bem como recentes melhorias nas políticas sociais, a população rural pobre ainda sofre as consequências de se encontrar desconectada da melhoria do seu desempenho econômico.

Considerando-se que em 2014, 32% da população rural paraguaia vivia em situação de extrema pobreza (IFAD/ONU, 2015), a inclusão socioprodutiva se mostra um aspecto prioritário em iniciativas que objetivem contribuir para um desenvolvimento territorial sustentável.



ÁREA DE PRODUÇÃO DE GRÃOS E PECUÁRIA NO NORDESTE DE MATO GROSSO.
FOTO: HENRIQUE SANTIAN

PROJETOS IMPLEMENTADOS



ÁREA EM PROCESSO DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL EM ALTA FLORESTA/MT.
FOTO: ICV

Paisagens Sustentáveis para produção de soja no estado de Mato Grosso

Parceiro implementador:
The Nature Conservancy (TNC)
Cofinanciador: Amaggi, Syngenta e *The Nature Conservancy*



ÁREA TOTAL ABRANGIDA (IBGE, 2010)
9.501.111 hectares

IDHM MÉDIO DOS MUNICÍPIOS (IBGE, 2010) / IDH GLOBAL DO BRASIL (PNUD, 2015)
0,724 / 0,755

POPULAÇÃO TOTAL / POPULAÇÃO RURAL (IBGE, 2010):
212.874 / 17,11%

MATRIZ PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO (IBGE, 2015):
Soja, milho e algodão

ÁREA PLANTADA DE SOJA (IBGE, 2015):
2.721.681 hectares

INCREMENTO DE DESMATAMENTO ENTRE 2014 E 2015 (PRODES/INPE):
18.350 hectares

COMPONENTES ABORDADOS:
Conservação, Governança, Ambiente de Negócios e Produção

Objetivo: Delinear e testar ações que avancem no cumprimento do Código florestal através do trabalho com produtores rurais e na criação de paisagens funcionais sustentáveis, que conciliem altos níveis de produtividade à conservação das funções ecossistêmicas.

Principais resultados: A partir de um mapeamento de ativos e passivos ambientais (box 4), realizado pela TNC nos nove municípios abrangidos pelo projeto, desenvolveu-se o Plano Estratégico de Restauração Florestal para as regiões do Alto Teles Pires e Alto Juruena, adotado no âmbito da estratégia PCI como metodologia a ser replicada em outras regiões do Mato Grosso. O estudo publicado mostra os gargalos da cadeia de valor da restauração e traz recomendações para o seu desenvolvimento.

Em Lucas do Rio Verde foram elaborados e discutidos cenários para a regularização de Reserva Legal entre os produtores rurais, sendo um dos principais desafios para a agenda pós-Cadastro Ambiental Rural, uma ação concertada regional para que a decisão sobre a alocação da Reserva Legal leve em conta, também, benefícios para a paisagem pela compensação e/ou pela restauração florestal.

Além disso, em cooperação com a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), o projeto contribuiu para a incorporação do módulo ambiental dentro do Programa Soja Plus. Oficinas e treinamentos sobre o Código Florestal e Boas Práticas Agrícolas foram realizados em todos os municípios por meio dessa parceria.

BOX 4 PASSIVOS AMBIENTAIS DIAGNOSTICADOS NAS REGIÕES DO ALTO TELES PIRES E ALTO JURUENA

- **15 mil hectares de mata ciliar a serem restaurados**
- **906 mil hectares de déficit de Reserva Legal em nove municípios**
- **22 mil hectares de déficit de Reserva Legal em Lucas do Rio Verde**

Fonte: *The Nature Conservancy*

"Nós repensamos a forma como se dá a restauração florestal nos municípios que foram contemplados no projeto. No nosso entendimento, a restauração florestal ocorria de forma pontual, ou seja, cada produtor fazia sua restauração quando tinha interesse ou lhe convinha e isso não era mapeado. Hoje, sabemos onde estão as demandas, quem são os atores envolvidos na restauração, quais dificuldades essa cadeia enfrenta, a existência ou não de alguns elos de comunicação que deveriam existir e trouxemos algumas recomendações e planos efetivos para os principais atores que estejam querendo estruturar essa cadeia e fazê-la funcionar como uma cadeia de valor" ***Alex Schmidt, coordenador de projeto da TNC.***

SFTF 3 / PROJETO 2 16

Querência +: Territórios Sustentáveis no Mato Grosso

Parceiro implementador:
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Instituto Socioambiental (ISA)
Cofinanciador: Amaggi, Cargill, Grupo Roncador e Rabobank



ÁREA TOTAL ABRANGIDA (IBGE, 2010)
1.791.927 hectares

IDHM MÉDIO DOS MUNICÍPIOS (IBGE, 2010) / IDH GLOBAL DO BRASIL (PNUD, 2015)
0,692/0,755

POPULAÇÃO TOTAL / POPULAÇÃO RURAL (IBGE, 2010):
13.033/54,18%

MATRIZ PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO (IBGE, 2015):
soja, milho e algodão

ÁREA PLANTADA DE SOJA (IBGE, 2015): 320.000 hectares

INCREMENTO DE DESMATAMENTO ENTRE 2014 E 2015 (PRODES/INPE):
1.840 hectares

COMPONENTES ABORDADOS:
Governança, Conservação, Inclusão Social e Ambiente de Negócios

BOX 5 LISTA DE MATERIAIS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO

- **Diagnóstico socioambiental**
- **Proposta de plano de desembargo**
- **Plano municipal de restauro de áreas degradadas**
- **Plano de organização da produção e promoção da comercialização para cadeias em assentamento**
- **Plano estratégico de captação de recursos para o FMMA**
- **A soja em projetos de assentamento**
- **Diagnóstico da produção familiar e opções de mercado**
- **Análise das possibilidades de compensação florestal**

Objetivo: Aumentar a sustentabilidade das atividades agrícolas do município de Querência pela articulação de um processo *multistakeholder* para catalisar benefícios sociais, econômicos e ambientais com intervenções em três áreas temáticas:

- Fortalecimento da governança socioambiental local
- Suporte ao estabelecimento de um pacto local para uma Paisagem Sustentável por meio do Fórum Multissetorial
- Melhores oportunidades para promover a agricultura familiar em assentamentos

Principais resultados: Por meio de mobilização e articulação dos atores sociais locais, o projeto atingiu resultados significativos (box 5)no aumento dos mecanismos para a governança local, fortalecendo relacionamentos entre o governo local, o SINDICATO RURAL e os pequenos produtores e assentados, com a criação de um fórum multissetorial e a reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA).

A partir de um diagnóstico socioambiental municipal e do mapeamento de déficits e excedentes de áreas de Reserva Legal no município, cenários para sua compensação florestal foram delineados e apresentados aos atores locais, fornecendo embasamento para que futuras escolhas sobre a adequação ambiental das propriedades levem em conta os ganhos ambientais e sociais, além de econômicos. Foram elaborados planos de ação com vistas à restauração florestal, remoção de embargos e arrecadação de investimentos para o fundo ambiental municipal.

Além disso, o projeto ofereceu treinamentos e suporte para assentados com o propósito de identificar cadeias produtivas alternativas à soja, além de desenhar planos para organizar a produção e acessar mercados pelo fortalecimento de organizações sociais dentro de quatro assentamentos no município.

"Um dos principais resultados foi a reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e sua reestruturação. As pessoas que estão no conselho são interessadas pela causa ambiental e, hoje, têm um plano de trabalho. Elas estão se empoderando da gestão ambiental municipal. Existem inúmeros desafios, mas realizamos várias capacitações para os representantes entenderem qual é o papel do conselho e o papel dos conselheiros. Isso é um grande resultado!", pontua ***Marcelo Stabile, IPAM.***

Promovendo uma área de fornecimento sem risco socioambiental: uma abordagem territorial sustentável no norte do Mato Grosso

Parceiro implementador:
Instituto Centro de Vida (ICV)
Cofinanciador: Fundo Vale, *Moore*, *Good Energies*, Avina, CLUA e produtores rurais



ÁREA TOTAL ABRANGIDA (IBGE, 2010)
1.625.587 hectares

IDHM MÉDIO DOS MUNICÍPIOS (IBGE, 2010) / IDH GLOBAL DO BRASIL (PNUD, 2015)
0,683/0,755

POPULAÇÃO TOTAL / POPULAÇÃO RURAL (IBGE, 2010):
70.838/25,26%

MATRIZ PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO (IBGE, 2015):
Soja, milho e algodão

ÁREA PLANTADA DE SOJA (IBGE, 2015): 15.670 hectares

INCREMENTO DE DESMATAMENTO ENTRE 2014 E 2015 (PRODES/INPE):
2.980 hectares

COMPONENTES ABORDADOS:
Produção, Conservação, Governança, Inclusão e Negócios.

Objetivo: Construir uma visão de futuro para áreas agrícolas de origem sustentável para a carne e para a soja no norte do Mato Grosso, tendo como base a implementação de um modelo de escala municipal, fundamentado nas iniciativas do Programa Novo Campo (box 6) e do Programa Municípios Sustentáveis. Para isso, o projeto desenvolveu:

- Provas de conceito para a disseminação de sistemas sustentáveis de produção para soja e gado
- Provas de conceito para a restauração florestal de áreas degradadas, tendo em vista a conservação de serviços ecossistêmicos
- Boas Práticas para a produção de carne em fazendas de gado

Principais resultados: As atividades desenvolvidas envolveram a elaboração de um *policy brief* sobre as oportunidades e os desafios da expansão da soja no norte do Mato Grosso. Entre as recomendações que o estudo trouxe, está a necessidade de considerar as cadeias estruturais da economia local e sua interligação com os serviços ecossistêmicos que as mantêm. Reconhecer as particularidades ambientais de cada território foi considerado um elemento-chave na redução de impactos negativos do desenvolvimento da cadeia produtiva da soja.

O projeto deu subsídios à formação de um Grupo de Trabalho de Restauração Florestal, no âmbito estadual da estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI), ofereceu cursos e treinamentos sobre restauração florestal e corredores ecológicos para técnicos e analistas das Secretarias do Meio Ambiente municipais e estadual. Também realizou um estudo sobre uso de geotecnologias para o planejamento espacial e monitoramento da restauração florestal de Áreas de Preservação Permanente (APP) degradadas , que deu origem a uma publicação. O material traz os resultados da análise para a priorização de áreas a serem restauradas nos três municípios, com base na análise da paisagem.

Além disso, as atividades no campo resultaram no diagnóstico produtivo e ambiental de 23 fazendas de gado, na formulação de projetos técnicos econômicos, na restauração florestal de 37 hectares e na criação de uma plataforma para o monitoramento das fazendas do Programa Novo Campo.

BOX 6 PROGRAMA NOVO CAMPO

Lançado em 2012, é uma iniciativa coordenada pelo ICV, que promove práticas sustentáveis em fazendas de pecuária na Amazônia, melhorando o seu desempenho econômico, social e ambiental. Tem como objetivos:

- **Promover a intensificação sustentável da pecuária**
- **Reduzir a pressão por novos desmatamentos**
- **Atender a demanda por carne com origem sustentável e desmatamento zero verificado**

"Os resultados do projeto compõem a discussão estadual sobre cenários e oportunidades para restauração, assim como indicadores do sucesso da restauração para o cumprimento das metas da estratégia PCI. Os dados foram mobilizados para compor o monitoramento da PCI, fruto de um Grupo de Trabalho estadual coordenado pelo ICV. Além do monitoramento de informações, o teste de abordagem do projeto está alimentando uma nova construção de pactos regionais da PCI, nos quais dados geográficos estratégicos serão a base de possíveis pactos de produção, conservação e inclusão dos atores locais", ***Alice Thuault, diretora adjunta do ICV.***

SFTF 3 / PROJETO 4 18

Gerenciando riscos socioambientais no território da soja no nordeste do Mato Grosso

Parceiro implementador:
Earth Innovation Institute (EII)
Cofinanciador: Amaggi



ÁREA TOTAL ABRANGIDA (IBGE, 2010)
2.419.007 hectares

IDHM MÉDIO DOS MUNICÍPIOS (IBGE, 2010) / IDH GLOBAL DO BRASIL (PNUD, 2015)
0,672 / 0,755

POPULAÇÃO TOTAL / POPULAÇÃO RURAL (IBGE, 2010):
49.118 habitantes / 33,19%

MATRIZ PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO (IBGE, 2015):
Soja, milho e algodão

ÁREA PLANTADA DE SOJA (IBGE, 2015):
337.250 hectares

INCREMENTO DE DESMATAMENTO ENTRE 2014 E 2015 (PRODES/INPE):
3.400 hectares

COMPONENTES ABORDADOS:
Ambiente de Negócios, Governança e Conservação.

Objetivo: O projeto testou uma abordagem multissetorial participativa em municípios em diferentes estágios de desenvolvimento da soja no nordeste do Mato Grosso baseada na criação de uma plataforma *online* com o objetivo de avaliar riscos operacionais, reputacionais e financeiros relacionados à sua produção, bem como, oportunidades para superá-los, a fim de abrir mercados e atrair investimentos na escala municipal.

Principais resultados: Nos municípios selecionados como representativos de três estágios de desenvolvimento da soja no território - inicial, de conversão intensa e consolidado -, a abordagem adotada consistiu no mapeamento de riscos nas áreas de fornecimento de soja através do uso de indicadores de desempenho ambiental, social e produtivo reunidos na plataforma de monitoramento *online Produce and Protect* (box 3). Desenvolvida e customizada no âmbito desse projeto, a plataforma apresenta cobertura de todos os municípios do Mato Grosso e foi escolhida para ser a plataforma de monitoramento das metas da estratégia estadual PCI. Além disso, a plataforma incorpora também, critérios do programa de melhoria contínua de propriedades rurais, Soja Plus.

A partir de um trabalho de mobilização e articulação com atores dos diferentes setores atuantes nos territórios, grupos multissetoriais compostos por representantes dos governos locais (Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e prefeituras municipais), da sociedade civil (ONGs e sindicatos rurais e assentamentos), e do setor privado (empresas e *traders*), foram organizados em cada um dos municípios a fim de identificar temas locais prioritários e possíveis ações para melhorar a sustentabilidade local.

Os grupos foram responsáveis pela elaboração de planos de ação voltados à mitigação dos riscos socioambientais identificados e validados através da plataforma, dando suporte à comercialização da produção local, atraindo novos investimentos e promovendo a melhoria da qualidade de vida nos territórios.

Os planos elaborados identificaram como metas prioritárias fomentar a adequação ambiental, com ênfase na restauração florestal das propriedades rurais, a regularização fundiária e o fortalececimento da agricultura familiar nos municípios.

BOX 3 PLATAFORMA *PRODUCE AND PROTECT*

É uma ferramenta de monitoramento *online*, criada para conectar empresas e consumidores identificando territórios nos quais *commodities* são produzidas. Permite o acompanhamento de indicadores de desempenho social, ambiental, produtivo e de conformidade legal dos municípios abrangidos.

"A nossa abordagem funcionou como a extensão do PCI para os municípios. Desenvolvemos uma plataforma para integrá-los a essa estratégia. As metas do PCI foram usadas nas reuniões multissetoriais dentro das ações que o programa identificou como relevantes em cada município. A ideia foi ajudar o estado a atingir a meta através de ações mais factíveis. Na maioria dos municípios, as pessoas nem sabiam o que é PCI, então o nosso trabalho também ajudou no processo de apresentação dessa estratégia para os próprios municípios e na visualização das demandas comuns dos diferentes atores locais e do programa", ***Oswaldo Carvalho, pesquisador associado do EII.***

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Bacia do Rio de Janeiro, no oeste da Bahia

Parceiro implementador:
Instituto AIBA (IAIBA)
Cofinanciador: Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e produtores rurais



ÁREA TOTAL ABRANGIDA (IBGE, 2010)
1.196.256 hectares

IDHM MÉDIO DOS MUNICÍPIOS (IBGE, 2010) / IDH GLOBAL DO BRASIL (PNUD, 2015)
0,718 / 0,755

POPULAÇÃO TOTAL / POPULAÇÃO RURAL (IBGE, 2010):
197.532 / 10,59%.

MATRIZ PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO (IBGE, 2015):
Soja, algodão e milho.

ÁREA PLANTADA DE SOJA (IBGE, 2015): 307.000 hectares

INCREMENTO DE DESMATAMENTO ENTRE 2014 E 2015 (PMDBBS/MMA):
100.297 hectares

COMPONENTES ABORDADOS:
Governança, Conservação, Produção, Inclusão Social e Ambiente de Negócios

Objetivo: O projeto teve como proposta conduzir a elaboração de um Plano de Manejo e a consolidação de um Conselho Gestor para a APA Bacia do Rio de Janeiro, bem como, implementar a infraestrutura para o Centro de Regularização Ambiental de apoio a propriedades que produzem algodão e outras culturas associadas, como a soja, na região.

Principais resultados: O projeto ofereceu respaldo a aplicação da legislação ambiental na escala estadual, apoiando diretamente a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Para tanto, um acordo de cooperação técnica foi firmado entre o IAIBA, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) para a elaboração do Plano de Manejo, uma importante ferramenta de gestão e ordenamento territorial na região, e a estruturaturação do processo de composição do Conselho Gestor da APA.

O projeto contribuiu significativamente para a melhoria da governança local, promovendo um amplo processo de mobilização de atores sociais - desde a escala local à estadual, envolvendo ONGs, lideranças locais, representantes do governo estadual e municipal, e do setor produtivo -, que se consolidou com a formação do Conselho Gestor da APA por meio de eleições diretas em março de 2017. Até o momento dessa publicação, diagnósticos físico, biológico e socioeconômico foram realizados, os quais constituem a base para a elaboração do Plano de Manejo, que está em processo de elaboração e validação pública com os atores sociais locais.

Paralelamente, através do Centro de Apoio à Regularização Ambiental, 165 produtores rurais foram orientados sobre a legislação ambiental e o consequente cumprimento de condicionantes para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental, e a utilização de boas práticas na agricultura. Ademais, foram orientados e/ou atualizados 57 registros no CEFIR, correspondentes a uma área de 79 mil hectares, e produzidos materiais de apoio sobre regularização ambiental de propriedades rurais na Bahia e das indústrias de beneficiamento de algodão e sobre gestão de resíduos sólidos nas propriedades rurais.

"O projeto é bem inovador, aqui, na região. Será a primeira Unidade de Conservação da região Oeste da Bahia que terá um Plano de Manejo e Conselho Gestor, isso é um fato muito importante! A mobilização para a composição do conselho gestor criou uma inter-relação entre diferentes atores, que antes não se juntavam para conversar e hoje estão entrando num acordo e pensando num plano de manejo, por incrível que pareça. Foi um avanço muito grande!", ***Alessandra Chaves, coordenadora do projeto do IAIBA.***

Fortalecendo o Programa Soja Plus no oeste da Bahia, Brasil: um passaporte para o mercado europeu

Parceiro implementador:
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)
Executor de campo: AIBA
Cofinanciadores: Abiove e produtores rurais



Objetivo: O projeto teve como intuito promover a melhoria contínua de indicadores ambientais, econômicos e sociais das propriedades produtoras de soja na região oeste da Bahia por meio do programa Soja Plus (box 7).

Principais resultados: O projeto não apenas alavancou a adoção do programa, como contribuiu para sua disseminação entre pequenos e médios produtores da região. Em números, o projeto foi responsável pela adesão de 130 produtores ao Soja Plus, os quais representam uma área assistida de aproximadamente 680 mil hectares. Além disso, contribui para o registro de 114 propriedades no CEFIR, e sua respectiva adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

A aplicação do *checklist* do Soja Plus, nos anos de 2015 e 2016, permitiu constatar melhorias significativas em critérios socioambientais, em especial na gestão de risco, saúde e segurança do trabalhador.

A realização de atividades de capacitação gradativa e contínua, por meio de cursos, dias de campo, visitas técnicas, encontros sobre gestão da propriedade rural e distribuição de materiais técnicos, ofereceu subsídios para a adoção de melhores práticas produtivas, ambientais e sociais e para a conscientização dos produtores rurais atendidos, aumentando a conformidade legal das propriedades rurais.

ÁREA TOTAL ABRANGIDA (IBGE, 2010) 9.501.111 hectares

IDHM MÉDIO DOS MUNICÍPIOS (IBGE, 2010) / IDH GLOBAL DO BRASIL (PNUD, 2015) 0,623/0,755

POPULAÇÃO TOTAL / POPULAÇÃO RURAL (IBGE, 2010): 341.881/30%

MATRIZ PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO (IBGE, 2015): Soja, algodão e milho.

ÁREA PLANTADA DE SOJA (IBGE, 2015): 1.435.658 hectares

INCREMENTO DE DESMATAMENTO ENTRE 2010 E 2011 (PMDBBS/MMA): 100.297 hectares

COMPONENTES ABORDADOS: Produção, Ambiente de Negócios e Conservação.

BOX 7 O PROGRAMA SOJA PLUS

É um programa de gestão transparente e participativo das propriedades rurais produtoras de soja, em âmbito nacional, que busca atender as demandas de mercado por produtos sustentáveis. Capacita gratuitamente o produtor rural na melhoria da gestão da sua fazenda com a distribuição de materiais, promoção de cursos sobre saúde e segurança no trabalho, adequação de construções rurais, regularização ambiental, dias de campo e visitas técnicas para monitoramento de indicadores de desempenho.

"Toda vez que se faz uma melhoria ambiental, social e econômica, essa tende a ser copiada. Se existe uma fazenda que participa do Soja Plus, aplicando melhoria social e ambiental, e o vizinho vê que dá resultado, ele vai querer fazer da mesma forma. Não tem escapatória. Toda boa prática, seja ela ambiental, social ou econômica, tende a ser copiada. Então, o efeito multiplicador é muito grande!", ***Bernardo Pires, gerente de sustentabilidade da Abiove****.*

Sustentagro: Construindo uma área de originação livre de risco para a produção de soja na região leste do Paraguai

Parceiro implementador e cofinanciador: *Archer Daniels Midland* (ADM)



Objetivo: Oferecer suporte aos produtores do leste do Paraguai no processo de melhoria contínua de suas práticas agrícolas, integradas na cadeia produtiva da ADM, e torná-los aptos a fornecer soja sustentável para o mercado europeu. Adicionalmente, se propõe a promover a conservação de recursos naturais, melhorar a gestão de atividades produtivas e a melhorar o bem-estar social de trabalhadores e produtores rurais e comunidades locais.
Para isso, o projeto foi articulado em três componentes principais:

- Suporte ao produtor
- Conservação de florestas nativas
- Suporte ao engajamento das comunidades locais

Principais resultados: A partir do uso de um *checklist* de indicadores socioambientais criado pela ADM, o projeto ampliou a adoção de boas práticas em 175 propriedades, especialmente na área de segurança e qualidade de vida no trabalho, elevando-as a um novo patamar no processo de melhoria contínua na gestão das propriedades, devido a uma mudança de mentalidade dos produtores.

Os produtores participaram de treinamentos e receberam orientações específicas e planos de ação para aumentar seu grau de conformidade ao programa Sustentagro, bem como às legislações ambiental e social.

As atividades desenvolvidas no componente de florestas nativas possibilitaram a proteção de 13.620 hectares de florestas dentro de 13 propriedades rurais. Além disso, 97 licenças ambientais de propriedades rurais foram expedidas, e materiais sobre proteção de florestas e boas práticas ambientais foram produzidos.

O projeto proporcionou uma experiência-piloto por meio da execução de microprojetos monitorados voltados à resolução de problemas em comunidades do entorno das áreas cultivadas, com a participação de 97 pessoas. Foram realizados Diagnósticos Rurais Participativos em seis municípios. Treinamentos sobre paisagem sustentável e abordagem de área livre de risco foram oferecidos para mais de 350 participantes, entre os quais, representantes das comunidades locais e de ONGs locais, trabalhadores rurais e equipes administrativa e comercial da ADM.

ÁREA TOTAL ABRANGIDA (DGEEC, 2002) 6.104.100 hectares

IDHM MÉDIO DOS MUNICÍPIOS (PNUD, 2013) / IDH GLOBAL DO PARAGUAI (PNUD, 2015) 0,612/0,679

POPULAÇÃO TOTAL / POPULAÇÃO RURAL (DGEEC, 2002): 1.452.864 / 43,3%

MATRIZ PRODUTIVA AGRÍCOLA DA REGIÃO: Soja, algodão e cana-de-açúcar.

ÁREA PLANTADA DE SOJA (CAPECO, 2015): 2.199.768 hectares

INCREMENTO DE DESMATAMENTO ENTRE 2012 E 2013 (WWF, 2014): 28.837,44 hectares

COMPONENTES ABORDADOS: Produção, Inclusão, Conservação e Governança.

"Através do projeto "Sustentagro", os fornecedores da ADM compreenderam o conceito de sustentabilidade e se tornaram aptos a aplicá-lo em suas propriedades. Adicionalmente, a conscientização sobre o cumprimento legal ambiental e sobre a importância de preservar florestas nativas aumentou entre os produtores e comunidades locais", ***Lorena Ramirez, gerente de Programa da Solidaridad, Paraguai****.*

LIÇÕES APRENDIDAS

Em consonância com os eixos temáticos definidos no sistema de monitoramento do SFTF III, os principais resultados e aprendizados dessa terceira fase foram sistematizados considerando suas intervenções nos cinco temas considerados essenciais para a construção de paisagens sustentáveis - Governança, Produção, Conservação, Inclusão Social e Ambiente de Negócios. Nesse capítulo apresentaremos sua contextualização, os resultados e os principais aprendizados compartilhados em cada um deles.

GOVERNANÇA | PRODUÇÃO | CONSERVAÇÃO | INCLUSÃO SOCIAL | AMBIENTE DE NEGÓCIOS



OFICINA SOBRE RESTAURAÇÃO FLORESTAL EM ESCOLA RURAL NO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA (MT).
FOTO: ICV

GOVERNANÇA

A governança local é um dos alicerces para a construção de uma Paisagem Sustentável. Para que estruturas efetivas de governança local se estabeleçam e se mantenham, é necessário que os atores da cadeia produtiva e do território estejam mobilizados, articulados e empoderados, de forma a garantir espaços de diálogo nos quais a participação dos diferentes atores seja um dos quesitos, tanto no diagnóstico de problemas ambientais, sociais e econômicos, quanto nos processos de tomada de decisão e ação.



OFICINA PARA A FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES DO CONSELHO GESTOR DA APA BACIA DO RIO DE JANEIRO, EM BARREIRAS (BA).
FOTO: IAIBA

A fim de contribuir para a estruturação da governança local nos municípios ou regiões de atuação, os projetos do SFTF III propuseram ações para o **fortalecimento da capacidade de implementação do Código Florestal** (box 8), que tem como instrumentos fundamentais o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades rurais e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Ademais, a **construção de uma visão comum de paisagem** foi alavancada pelo estabelecimento de plataformas, fóruns multissetoriais e grupos de trabalho, que são corresponsáveis por identificar os desafios a serem ultrapassados e assim, criar planos de ação e monitoramento para o desenvolvimento sustentável e

BOX 8 O CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012)

Institui as regras gerais sobre a proteção da vegetação nativa e determina em que áreas e sob quais condições ela pode ser explorada. Determina assim, as áreas que devem ser preservadas, bem como quais as regiões autorizadas a receber os diferentes tipos de produção rural. Para isso, estabelece como mecanismos a Área de Preservação Permanente, destinada a proteger locais ecologicamente sensíveis, como nascentes, beiras de rios e topos de encostas; e a Reserva Legal, que constitui uma parcela da propriedade rural na qual a vegetação deve ser preservada, e onde a exploração pelo manejo florestal sustentável deve se dar nos limites estabelecidos em lei, conforme o bioma em que está inserida.

inclusivo do território. Esses elementos e os respectivos aprendizados obtidos pelo desenvolvimento dos projetos na área da governança serão aprofundados a seguir.

FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

As ações tiveram como objetivo ampliar a capacidade de inserção das propriedades rurais no Sistema de Cadastro Ambiental Rural, ou em sistemas de cadastro estaduais a ele vinculados. Para isso, foram realizados **cursos e treinamentos com a finalidade de capacitar as equipes das prefeituras municipais** para realização de procedimentos envolvidos no CAR (box 9), no desenvolvimento de planos de ação e na captação de recursos para fundos ambientais municipais.

BOX 9 CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) E O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

Atualmente, o CAR constitui uma ferramenta governamental essencial que possibilita o monitoramento no uso do solo nos territórios. Consiste no primeiro passo para o PRA, contribuindo para o estabelecimento de estratégias municipais e regionais mais precisas e eficazes para a adequação de passivos ambientais, a busca de oportunidades por ativos ambientais regionais, bem como, o desenvolvimento de mecanismos de compensação. Os passos seguintes previstos pelo PRA são estabelecer termos de compromisso e elaborar Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas, bem como criar Cotas de Reserva Ambiental (CRA), quando couber.

A execução de ações propostas na área de governança pelos projetos no Mato Grosso se deu simultaneamente à formulação e estabelecimento do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (SIMCAR), o que fez com que esses tivessem um papel fundamental em demonstrar as lacunas e melhorias necessárias para o sistema, como foi o caso dos projetos que contribuíram diretamente para a estratégia Produzir, Conservar e Incluir.

A **capacitação contínua de agentes do poder público e da sociedade civil** foi apontada pelos parceiros implementadores como uma das grandes contribuições dos projetos, dando subsídios para a constituição de um tecido social mais estruturado e consistente e uma governança ambiental mais efetiva.

Partindo dessa premissa, o projeto Querência+, implementado pelo o IPAM e ISA, realizou treinamentos com membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente para o desenvolvimento de planos de ação voltados a solucionar questões relacionadas aos embargos no município e para a identificação de fontes de financiamento ao fundo ambiental municipal.

"Um resultado importante foi um plano para a captação de recurso para o Fundo Municipal do Meio Ambiente. Esse plano mostra o caminho para se abastecer o fundo, que já existia, mas só na forma de lei. Demos suporte para estruturar, criar uma conta bancária e, agora, estamos capacitando os membros do conselho na aplicação do recurso. Isso está relacionado ao empoderamento da gestão municipal", detalha Marcelo Stabile, do IPAM.

Outra estratégia utilizada pelos parceiros do SFTF III para difundir o tema da adequação ambiental das propriedades rurais entre os demais atores da cadeia produtiva e as comunidades locais foi a realização de *workshops*, palestras e a participação em exposições e eventos relacionados ao agronegócio.

"Foi a primeira vez na história do Show Safra, em Lucas do Rio Verde, esse evento gigantesco, que contou com a participação de uma ONG de preservação ambiental, trazendo o tema de restauração para os produtores rurais que participaram. Tivemos um estande com demonstrações de algumas técnicas de restauração e também realizamos uma palestra sobre restauração para cerca de 300 pessoas durante o evento", conta Alex Schmidt, coordenador de projeto da TNC.

A publicação de materiais de apoio, como mapas, livretos e cartilhas, também se mostrou uma ferramenta informativa útil para auxiliar diferentes públicos, desde produtores rurais e equipes de órgãos públicos municipais e estaduais a grupos multissetoriais focados na governança ambiental local. Sobre a experiência do IAIBA, Alessandra Chaves conta:

Na maioria dos municípios, as pessoas nem sabiam o que é PCI, então o nosso trabalho também ajudou no processo de apresentaçãoe e na visualização das demandas comuns dos diferentes atores locais", ***Oswaldo de Carvalho, pesquisador associado do EII.***



CONVERSÃO DE PASTAGEM EM PLANTIO DE SERINGUEIRA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO MANOEL EM QUERÊNCIA (MT). FOTO: LUCAS RAMOS/IPAM

"A AIBA fez uma cartilha com apoio do IAIBA para a regularização da propriedade rural, primeiramente pensando que serviria para tirar dúvidas do produtor rural da região oeste, apenas com foco no Cerrado. O material deu tão certo, que fizemos uma segunda edição para abranger a Bahia toda, pois instituições de outras regiões estavam usando a primeira edição".

CONSTRUÇÃO DE UMA VISÃO COMUM DE PAISAGEM

Para a construção de uma visão comum de paisagem sustentável no território, os projetos se propuseram a criar e/ou restabelecer **plataformas, fóruns e grupos de trabalho multissetoriais efetivos** (box 10), no intuito de proporcionar estruturas e mecanismos de governança local, por meio dos quais **planos de ação específicos para cada paisagem e compromissos de restauração** fossem acordados. Os desafios dentro do tema foram variados, em virtude das propostas e metas definidas em cada um dos projetos, como veremos a seguir.

No caso do projeto com o IAIBA, a proposta inovadora de estabelecer uma parceria público-privada para realizar o plano de manejo e formar um Conselho Gestor para uma Área de Proteção Ambiental (APA), trouxe desafios que envolveram desde processos como o estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) da Bahia e a Aiba, à mobilização e engajamento dos diferentes atores sociais no território para a formação do Conselho Gestor.

BOX 10 PLATAFORMAS, FÓRUNS E GRUPOS DE TRABALHO MULTISSETORIAIS FOMENTADOS PELO STFT III

- **Projeto IPAM/ISA: Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fórum Multissetorial em Querência/MT**
- **Projeto IAIBA: Conselho Gestor da APA Bacia do Rio de Janeiro, na Bahia**
- **Projeto ICV: Grupo de Trabalho estadual para restauração florestal no Mato Grosso**
- **Projeto EII: Grupos multissetoriais em Confresa, Canarana e São José do Xingu/MT**

"Para nós, o desafio maior de estabelecer essa parceria público-privada foi fazer o convênio e convencer o próprio órgão gestor da Unidade de Conservação, o Inema, de que se tratava de um projeto que seria importante para trazer sustentabilidade para o agronegócio regional, e que não havia interesses próprios, da Aiba, envolvidos", ***Alessandra Chaves, do IAIBA.***

O papel de liderança desempenhado pelo setor privado e seu envolvimento na condução do projeto através de uma mobilização contínua e sistêmica dos atores locais sobre a importância do Plano de Manejo para a região e seus possíveis impactos positivos, foi crucial para dar agilidade aos procedimentos previstos pelo SNUC, como também para o engajamento de representantes dos três setores: público, privado e sociedade civil.

"Como resultado da mobilização feita para a composição do Conselho Gestor, os inscritos representavam uma diversidade de setores. Se compararmos com outras Unidades (de Conservação), em que o Inema faz o processo de mobilização, às vezes não conseguimos nem preencher todas as vagas. Nesse caso, tivemos até concorrência! Esse é um resultado muito positivo!", afirma Agatha Barreto Xavier, técnica especialista em meio ambiente do Inema.

Embora a construção de um consenso para uma paisagem sustentável que inclua diferentes atores sociais e usos do solo seja um processo longo e desafiador, **o estabelecimento de um objetivo claro e simples** para formação de grupos de governança da paisagem foi considerado um fator relevante para a mobilização local durante o SFTF III. Além disso, a **convergência nos interesses de diferentes setores e a formalização de acordos para uma atuação conjunta no território** ofereceu credibilidade ao estabelecimento de planos e metas de curto, médio e longo prazo para a melhoria da sustentabilidade da paisagem.

No município de Querência, o projeto com o IPAM e ISA contribuiu para a reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), que havia sido extinto em 2010, após o município ter sido excluído da lista de municípios com maiores taxas de desmatamento no Brasil, e para a articulação de um Fórum Multissetorial, que atendem a diferentes demandas dos atores locais com foco no estabelecimento de planos de ação na paisagem.

"O Conselho tem uma composição fixa, com representantes do Sindicato Rural, do comércio, dos assentamentos e tem como objetivo apoiar a gestão ambiental no município e elencar prioridades para a gestão no curto, médio e longo prazo. Já o fórum é um espaço aberto ao público geral. Então, se um produtor individual quiser levar uma demanda, ou um indígena, ou qualquer outra pessoa, é um espaço mais democrático. Dentro desse fórum, uma das primeiras demandas foi a de se criar um Plano de Restauração de Áreas Degradadas", conta Marcelo Stabile, do IPAM.

O sucesso na mobilização e engajamento dos diferentes atores sociais locais nos dois grupos de governança local está associado a diversos fatores, como o **longo histórico de ação, o comprometimento e a atuação multiescalar de ambas as organizações implementadoras no território, bem como o envolvimento do setor privado**, tanto no âmbito do comitê gestor do próprio projeto, como nos grupos de governança local. Além disso, Rodrigo Junqueira, coordenador do Programa Xingu, do ISA, destaca como fator fundamental para futuras iniciativas e para as diferentes organizações atuantes no território, a experiência de trabalho conjunto entre duas organizações com culturas e histórias diferentes:

"Embora possa parecer natural, isso praticamente não acontece em lugar nenhum. Ao desenvolver esse projeto, tivemos essa oportunidade de nos exercitar e ter um aprendizado mútuo. Isso gera, também, uma confiança no território. Ou seja, quando mais de uma organização atua em um município, em parceria, nos mostramos como um ente só para a prefeitura e para os demais atores do município".

Para o IPAM e ISA, **avanços mais expressivos dependem de um trabalho contínuo e a longo prazo no suporte a espaços multissetoriais de discussão** para que os mecanismos de governança local se solidifiquem e os planos comessem a atingir resultados mais concretos. Nesse sentido, **o comprometimento das organizações implementadoras com o território em que atuam e a existência de objetivos que ultrapassam as metas a curto prazo**, priorizando o fortalecimento do protagonismo de atores locais, foram considerados fatores-chave para alcançar resultados mais perenes e uma governança mais autônoma.

"Dentro de um arranjo multissetorial de governança, nós conseguimos manter uma equipe mínima para dar sequência no trabalho que foi iniciado. Se não houvesse isso, nós não sabemos quais seriam as consequências, mas sabemos a importância da continuidade, independemente do projeto", analisa Rodrigo Junqueira, do ISA.

No caso do projeto com o EII, a abordagem jurisdicional baseada na organização de comitês multissetoriais locais obteve repercussão positiva nos municípios de atuação e apoio dos órgãos governamentais municipais. Contudo, fomentar a participação dos demais atores sociais, em especial do setor produtivo, nesses grupos mostrou-se desafiador, principalmente pela necessidade de um trabalho contínuo e a longo prazo para a mobilização, articulação e maior comprometimento dos atores locais dos diferentes setores.

"A participação nos grupos, por vezes, não foi muita intensa. Nós percebemos a importância de atuar no local com antecedência para articular os atores, esse foi um aprendizado desse projeto", analisa Oswaldo Carvalho, pesquisador associado do EII.

Os desafios encontrados pelo instituto mostraram, também, a **necessidade de articulação entre estratégias *top-down* e *bottom-up***, ou seja, de encadeamento entre a mobilização de atores locais, o diagnóstico de seus interesses e necessidades no território e os interesses de atores em escalas maiores, como governos, ONGs e empresas, uma vez que acordos e estratégias setoriais só são efetivos quando há um histórico de trabalho de mobilização e engajamento dos atores na região de atuação.

Dentro da estratégia adotada pelo projeto do EII, de conectar as cadeias produtivas para uma análise de risco nos territórios onde atuam, observou-se que ***há ainda uma lacuna entre os acordos assinados pelo setor produtivo empresarial para melhoria da sustentabilidade e a sua atuação local*** em municípios do nordeste de Mato Grosso.

"Ainda há certa rejeição. Esperávamos mais envolvimento do setor produtivo, mas as equipes locais das tradings, por exemplo, trabalham com metas de produção. A sustentabilidade para eles já está no checklist que recebem e acabam se atentando só a isso. É mais difícil discutir ações locais na paisagem", analisa Oswaldo.

Nesse sentido, a experiência do projeto com o ICV traz à tona a ***importância do indicador de produtividade no engajamento dos atores do setor produtivo***, principalmente quando se trata da pecuária.

"Ter um relacionamento de confiança com os produtores é essencial para começar qualquer trabalho na área ambiental. Outro ponto, que sempre temos levado nesses projetos, é que nunca se pode esquecer de colocar dentro do projeto algum componente da área produtiva da fazenda. Temos que demonstrar nosso interesse genuíno no negócio do produtor, porque senão toda discussão de sustentabilidade vai por água abaixo", ressalta Franscisco Beduschi, do ICV.

De forma geral, a convergência de olhares dos diferentes atores e interesses na paisagem se mostrou crucial para a estruturação de um processo de governança ambiental local. Assim, uma lição aprendida é a constante necessidade de compreender os valores compartilhados sobre riscos e benefícios econômicos, sociais e ambientais por todos os atores nos territórios onde se desenvolveram os projetos. Para isso, é necessário que os espaços para governança sejam abrangentes e inclusivos, garantindo a representatividade dos diferentes atores inseridos no território, e que seus processos fortaleçam a capacidade de participação de grupos mais vulneráveis, para o entendimento dos desafios do território em questão e a efetivação de ações conjuntas.

PRODUÇÃO

A produção agrícola representa o aspecto mais tangível na paisagem, interconectando o ambiente, o trabalho e o produto. Ela está diretamente relacionada à base de recursos naturais, pois através dela são feitas escolhas sobre uso do solo, da água e demais recursos naturais. Além disso, os sistemas produtivos e seus benefícios econômicos dialogam diretamente com a qualidade de vida das pessoas por meio do emprego rural e geração de renda e, também, indiretamente, visto que as atividades praticadas no território podem impactar as comunidades do entorno das áreas cultivadas e sua subsistência.

A melhoria de sistemas produtivos e uso eficiente do solo reforçam a necessidade de dar escala à **adoção de boas práticas na produção de soja e gado**, a fim de aumentar sua sustentabilidade e garantir acesso a mercados mais exigentes. Nesse sentido, as atividades realizadas pelos projetos no SFTF III para estimular a adoção dessas práticas tiveram como base a experiência e os aprendizados derivados das fases I e II, disponíveis em versão *online*, nas quais o foco dos projetos foi fomentar a adesão e dar escala a programas de melhoria contínua e certificação.

Para aperfeiçoar os sistemas produtivos e reduzir seu impacto ambiental, outras alternativas também têm se mostrado viáveis economicamente, como a i**ntensificação da pecuária, para produção de carne, e a integração lavoura-pecuária**. Ambos sistemas têm apresentado inúmeros benefícios como: otimizar o uso do solo, manter a terra ocupada ao longo do ano, reduzir o risco de erosão com o uso do plantio direto e manutenção da cobertura do solo e permitir a diversificação da produção.

Uma das lições aprendidas através da abordagem de paisagem é que, para além das melhorias dentro dos sistemas produtivos de grande escala, há demandas e oportunidades para a **diversificação da produção**, para que novas cadeias produtivas sejam estruturadas e mercados locais sejam atendidos, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa através do transporte e possibilitando a inclusão e manutenção de agricultores familiares no sistema produtivo local.

Os resultados e aprendizados dos projetos do SFTF III na área de produção são explorados nos próximos tópicos.

ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS NA PRODUÇÃO DE SOJA E GADO

Dentro da área de produção, o SFTF III promoveu **boas práticas agropecuárias na escala da paisagem**, por meio da adoção de programas de melhoria contínua da gestão da propriedade e uso de indicadores sociais e ambientais para o seu monitoramento. Para isso, durante a execução dos projetos foram realizados treinamentos para produtores, funcionários e profissionais da área agrícola.

No caso do projeto com a Abiove, o **estabelecimento de sólidas parcerias**, em especial com a AIBA e a Universidade Federal de Viçosa a **confiança dos produtores rurais**, devido ao longo histórico das instituições na região, e as **equipes técnicas motivadas e bem qualificadas** foram os **fatores-chave** no sucesso da implementação do Programa Soja Plus no oeste da Bahia.

TABELA 1 / ADOÇÃO DE SISTEMAS DE MELHORIA NO CAMPO

Projetos	Nº de de produtores treinados em boas práticas agrícolas	Área representada (hectares)
ICV	23	10.107
AIBA	130	325.946
ABIOVE	165	230.000
ADM	175	132.678



REBANHO DE FAZENDA DE SOJA E PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE CANARANA (MT).
FOTO: CINTIA CAVALCANTI

"O resultado foi muito positivo, principalmente em relação à conscientização dos produtores rurais sobre os aspectos sociais e ambientais da propriedade rural. Conseguimos gerar essa compreensão de que, se o funcionário tiver um Equipamento de Proteção Individual novo, tiver um bom alojamento, tiver uma refeição balanceada, vai contribuir muito mais para a propriedade e vai trabalhar com afinco. Além disso, ele não corre o risco, por exemplo, de entrar na justiça contra o produtor rural, o que significa maior segurança jurídica para o produtor e mais eficiência", ***Bernardo Pires, gerente de sustentabilidade da Abiove.***

No Paraguai, a mudança de mentalidade e a compreensão do conceito de melhoria contínua pelos produtores foi um dos resultados mais importantes atingidos, segundo Lorena Ramirez, da Solidaridad, Paraguai. Ela ressalta ainda, a relevância do alinhamento das expectativas e responsabilidades de cada ator da cadeia e do calendário agrícola no planejamento de atividades para o sucesso do projeto.

"O conceito de melhoria contínua foi instalado na mente dos produtores, possibilitando sua atuação especifica nas práticas de gestão da propriedade, como manutenção de registros para planejar estrategicamente a próxima colheita, melhoraria das condições de trabalho e infraestrutura, como depósitos de pesticidas, promoção do uso de equipamentos de segurança e de práticas para a melhoria do uso do solo. Alguns produtores fizeram investimentos logo após receberem as recomendações, outros ainda estão planejando fazê-los, à medida que leva tempo e requer recursos financeiros significativos", conta Lorena.

SISTEMAS INTENSIVOS DE PRODUÇÃO DA CARNE E DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA

Os resultados do Projeto Novo Campo (tabela 2), parte da contrapartida do ICV no projeto desenvolvido no SFTF III, demonstraram não apenas a viabilidade de **sistemas intensivos na produção de carne**, com a utilização das Boas Práticas Agropecuárias da Embrapa, como também, as vantagens de sua adoção.

TABELA 2

Dados comparativos dos sistemas convencional e intensivo de produção de carne	Sistema Convencional	Área Intensificada
Rentabilidade	R$100/hectare	R$ 975/hectare
Produtividade	1,22 cabeças/hectare	141 cabeças/hectare
Idade de abate (machos):	44 meses	30 meses
Idade de abate (fêmeas):	34 meses	24 meses
Aumento de peso:	180 kg	200 kg

Um aprendizado em relação à criação intensiva de gado foi que o **aumento na produtividade deve estar aliado à qualidade da carne**, como argumenta Franscisco.

"Hoje, os frigoríficos estão indo em busca dessas propriedades (de sistema intensivo) porque sabem que tem um animal jovem e uma carne de boa qualidade. Mas não se vê, ainda, uma disposição de realmente remunerar esse tipo de iniciativa", analisa.

Para ele o ponto crítico é o **estabelecimento de mecanismos de comunicação entre o produtor e o consumidor** para remunerar práticas sustentáveis de produção.

Além da intensificação da pecuária, a utilização de novas estratégias de uso do solo se faz imprescindível a fim de evitar o desmatamento.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ENTREGUE À FAZENDA LAGUNA LINDA, CAAGUAZÚ, NO PARAGUAI. FOTO: CONTROL UNION

"A primeira grande lição do Programa Novo Campo é que é possível a pecuária livre de desmatamento para atender a demanda do mercado, tanto em termos de qualidade, quanto em quantidade. Mas continua uma luta muito grande para implementar políticas de Redd + para que os produtores tenham alguma compensação pelo desmatamento evitado. Tem que haver uma continuidade, porque sem isso, nós não vamos conseguir implementar esse modelo em larga escala", explica.

DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

A elaboração de um *policy brief* sobre os impactos da expansão da soja no Norte do Mato Grosso, desenvolvido através do projeto com ICV, resultou no consenso dos discursos dos atores locais sobre os efeitos positivos e negativos da expansão da soja, trazendo recomendações para reduzir seus impactos negativos. Além disso, o estudo abrangeu um d**iagnóstico das cadeias produtivas do agronegócio e da agricultura familiar** nos três municípios estudados, fornecendo aos gestores públicos municipais, informações sobre políticas para o fortalecimento de ambas as vertentes produtivas.

"Para além das certificações da cadeia produtiva, o caminho para a soja responsável passa pelo reconhecimento das particularidades de cada território e as externalidades negativas geradas por esta cadeia. A análise dos impactos da soja deve perpassar os três pilares da sustentabilidade (econômico, ambiental e social).

REDD + (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*) é um mecanismo internacional para auxiliar a mitigação do desmatamento e contenção das mudanças climáticas, contribuindo para a redução das emissões de carbono e atenuação da pobreza em países em desenvolvimento (Fonte: UNFCCC REDD+ Web Platform).

No aspecto socioeconômico é necessário considerar as cadeias estruturais da economia local, como a pecuária e as cadeias da agricultura familiar, e a interligação dessas cadeias com os serviços ecossistêmicos que as mantêm, passando pelas particularidades ambientais do território", considera Alice Thuault, diretora adjunta do ICV.

Para ela, a pro-atividade dos produtores rurais na geração de soluções produtivas e a formação de arranjos sociais diversos, que extrapolem a atuação da gestão pública local, pode ser chave para mitigação e redução de impactos negativos locais na produção de soja, no sentido de **construir soluções compartilhadas para a sustentabilidade do uso do solo e dos recursos naturais**.

As estratégias para uma abordagem de paisagem sustentável nos diferentes territórios abrangidos pelo SFTF III com significativa presença da cadeia produtiva da soja e gado, sinalizaram a i**mportância da conciliação da existência de diferentes cadeias produtivas dentro da paisagem**. Trata-se, portanto, de uma estratégia chave a fim de promover a sustentabilidade sob as perspectivas econômica, ambiental e social.



PROGRAM SOJA PLUS, DA ABIOVE, PARTICIPANDO DO DIA DE CAMPO PASSARELA DA SOJA EM LUIZ EDUARDO MAGALHAES (BA) FOTO: AIBA



FAZENDA DE SOJA NA REGIÃO NORDESTE DO MATO GROSSO. FOTO: HENRIQUE SANTIAN

CONSERVAÇÃO

A conservação ambiental representa a busca pela manutenção dos serviços ecossistêmicos necessários à sobrevivência e sustentabilidade da qualidade de vida humana e da produtividade na paisagem.



RIO BEIRANDO UM LOTE DO PROJETO DE ASSENTAMNETO BRASIL NOVO, EM QUERÊNCIA (MT). FOTO: LUCAS RAMOS/IPAM

Tendo em vista aumentar a adequação ambiental das propriedades nos territórios abrangidos pelo SFTF III, bem como a capacidade de aplicação dos procedimentos previstos pelo Código Florestal pelas equipes das prefeituras e secretarias municipais e por grupos de governança locais, os projetos atingiram resultados palpáveis, contribuindo diretamente para a **implementação do Cadastro Ambiental Rural**.

Outras ações desenvolvidas pelos projetos contribuíram para o **planejamento espacial visando a restauração florestal e conectividade da paisagem**, por meio de mapeamentos e diagnósticos da vegetação remanescente e sua distribuição no espaço, além da proposta de **planos de restauração e cenários para a averbação da Reserva Legal nas propriedades**.

Por último, o projeto executado pela *The Nature Conservancy* no Mato Grosso propôs-se a desenvolver um amplo estudo para fomentar a **criação e o fortalecimento da cadeia de valor da restauração**.

Os resultados, desafios e oportunidades verificados nos projetos na área da conservação serão abordados a seguir.

IMPLEMENTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Três projetos contribuíram diretamente para a ampliação do **registro de propriedades no Sistema de Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental** (PRA) em municípios no oeste da Bahia e nordeste do Mato Grosso, totalizando uma área cadastrada de 646 mil hectares.

Projetos	Nº de propriedades cadastradas no CAR/CEFIR	Área registrada (hectares)
Abiove	114	564.000
IAIBA	57	79.000
IPAM/ISA	50	3.000
Total	**221**	**646.000**

"A AIBA acredita realmente no CEFIR. Abraçamos essa causa desde o início e o produtor rural também acreditou. Para os produtores, é um instrumento de regularização e, para os órgãos ambientais fiscalizadores, é um instrumento de monitoramento. Então, todo mundo ganha e nós apoiamos", ***Alessandra Chaves, coordenadora do projeto com o IAIBA.***

Um grande desafio encontrado dentro da esfera pública pelos projetos desenvolvidos no estado de Mato Grosso foi a mudança de sistema para o cadastro das propriedades da esfera federal (SICAR) para a estadual (Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural - SIMCAR) que se encontrava, ainda, em fase de desenvolvimento durante o SFTF III. Como esclarece Alex Schmidt, coordenador de projeto da TNC:

"O produtor rural passou por três fases do sistema; então, é notável sua insatisfação em relação ao tempo em que isso vem se desenrolando. Mas não afeta, de forma nenhuma, a sua adesão. Tanto é que, em qualquer uma das bases de dados nos municípios que nós atuamos, identificamos que a média de adesão ao sistema atingiu 90%. O produtor quer entrar no sistema, mas quer ter uma saída, o que ainda não estava acontecendo", pondera.

No caso do projeto Querência+, que tinha como uma de suas propostas apoiar a inserção de lotes de assentamentos rurais em Querência no SIMCAR, as dificuldades foram ainda maiores, devido à indefinição por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre o módulo lote para assentamento no SIMCAR.

Uma solução encontrada conjuntamente pelo IPAM, ISA e a Solidaridad foi a elaboração de uma base de dados com mapas de uso do solo dos anos de 2008 e 2016 e suas transformações, contendo os perímetros dos lotes dos assentamentos, além de formulários a serem preenchidos com dados pessoais dos assentados, para facilitar a inserção dos dados no Cadastro Ambiental Rural quando o módulo estiver disponível - como relatado pela gestora do SFTF III, Joyce Brandão, que acompanhou todo o processo de elaboração e implementação dos projetos.

"Para garantir que os assentados tivessem acesso aos dados produzidos pelo projeto, que podem contribuir no processo de regularização ambiental no futuro, propusemos que os implementadores disponibilizassem esses dados aos beneficiários finais, os assentados".

Durante o período de vigência do SFTF III, além da migração de sistemas para cadastros das propriedades, os procedimentos para a regularização dos seus passivos ambientais ainda estavam indefinidos, o que dificultou a finalização das negociações e implementação de planos de ação na paisagem. Para contornar esse problema, Alex Schmidt, da *The Nature Conservancy*, explica as medidas realizadas pelo projeto.

"As regras do jogo, ou seja, o que o produtor precisa fazer, caso ele tenha um passivo, o estado de Mato Grosso ainda não definiu. No entanto, o município de Lucas do Rio Verde está preparado para aplicar o PRA. Todas as Reservas Legais estão mapeadas. Quando forem definidas as regras, as informações que os produtores rurais efetivamente precisam para se regularizar, estão prontas", sinaliza.

Em relação à proposta de remoção de embargos em Querência, o processo mostrou-se mais complexo e prolongado do que o esperado, devido à necessidade de maior alinhamento entre as instituições públicas responsáveis pelas etapas na remoção do embargo.

"Após o levantamento das áreas embargadas, fomos

articular o processo com a SEMA, o IBAMA, o INCRA e o Ministério Público Estadual. O que verificamos é que as instituições pouco dialogam entre si, então é necessário criar um espaço para conversarem e construírem um plano para atuar conjuntamente no desembargo das áreas", constata Marcelo Stabile, do IPAM.

O aprendizado, neste caso, foi a verificação da **necessidade de fomentar maior articulação e diálogo entre as instituições públicas envolvidas no processo de regularização ambiental**. Para transpor esse desafio, após o diálogo com as instituições envolvidas no processo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente passou a atuar de modo mais próximo ao governo municipal e estadual, demandando maior articulação entre as instituições públicas para resolução dos passivos ambientais do município.

De forma geral, no caso dos projetos desenvolvidos pelo SFTF III no Mato Grosso, observou-se que a **desarticulação entre as escalas de atuação dos órgãos governamentais, a indefinição de procedimentos legais e instrumentos para a regularização ambiental** das propriedades rurais foi um fator limitante no alcance de resultados mais efetivos na implementação do CAR.

PLANEJAMENTO ESPACIAL PARA RESTAURAÇÃO E CONECTIVIDADE

Dentro do tema adequação ao Código Florestal, partindo de uma abordagem da paisagem, o planejamento espacial se faz indispensável para **potencializar os efeitos da restauração florestal**, em termos de manutenção da biodiversidade e de fluxo biológico, pelo estabelecimento de corredores ecológicos conectando fragmentos florestais.

Como mostrou o projeto no portal da Amazônia, com o Instituto Centro da Vida (ICV), que se propôs a desenvolver provas de conceito para restauração de áreas degradadas e conservação de serviços ecossistêmicos, uma lição aprendida foi a de que **quanto maior a área analisada, ou seja, para além da propriedade rural, maior o potencial de conectar fragmentos dentro da paisagem** e, consequentemente, maiores as chances de conservar as espécies da biodiversidade.



UNIDADE DEMONSTRATIVA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL COM SEMEADURA DIRETA (MUVUCA) NA FUNDAÇÃO RIO VERDE, EM LUCAS DO RIO VERDE (MT).
FOTO: TNC

"Com um olhar voltado para a paisagem, é possível priorizar áreas para restauração florestal que trarão maiores ganhos ambientais. Este olhar também possibilita a identificação de áreas a serem restauradas com maior potencialidade de regeneração natural pela proximidade de fragmentos florestais e fluxo de animais silvestres, reduzindo, assim, os custos na restauração florestal", Weslei Butturi, ***Analista de Geotecnologias do ICV***

"Com um olhar voltado para a paisagem, é possível priorizar áreas para restauração florestal que trarão maiores ganhos ambientais. Esse olhar também possibilita a identificação de áreas a serem restauradas com maior potencialidade de regeneração natural, pela proximidade de fragmentos florestais e fluxo de animais silvestres, reduzindo, assim, os custos na restauração florestal", considera Weslei Butturi, analista de geotecnologias do ICV.

No estudo promovido pela ONG, a análise espacial realizada permitiu verificar a existência de diversos fragmentos desconectados e grandes corredores de floresta que interligam os municípios de Carlinda, Alta Floresta e Paranaíta ao Rio Teles Pires. Para Diego Bona, analista de gestão ambiental do ICV, **é necessário começar a trabalhar a restauração dentro do recorte das bacias hidrográficas, para que os resultados comecem a ser mais aparentes**.

"Atualmente, Alta Floresta tem 50% de remanescente de vegetação nativa e 23% de APPs degradadas. Ao aliar o trabalho de produção agropecuária com desmatamento zero à recuperação dos passivos do Código Florestal, estaremos promovendo um incremento de vegetação que pode alcançar 73% do território de Alta Floresta", analisa Bona.

Os resultados do projeto contribuem para a discussão estadual sobre cenários e oportunidades para restauração, servindo como indicadores de sucesso para o cumprimento das metas da estratégia PCI.

Os projetos com a *The Nature Conservancy* e com o IPAM/ISA realizaram mapeamentos de uso do solo entre o período de 2008 a 2015, no intuito de mensurar as áreas de ativos e passivos ambientais na região de Reserva Legal nos municípios de Lucas do Rio Verde e Querência.

LUCAS DO RIO VERDE	QUERÊNCIA
22 mil hectares de passivo ambiental	**250 mil hectares de passivo ambiental**
8 mil hectares de ativo florestal	**35 mil hectares de ativo florestal**

Em Lucas do Rio Verde, os ativos e passivos ambientais de Reserva Legal (RL) do município foram mapeados com vistas a implementar um Plano de Regularização Ambiental municipal piloto. Com base nesse diagnóstico, foram elaborados os cenários para a regularização das Reservas Legais, que preveem o estabelecimento de mecanismos para compensação ambiental e restauração florestal. Também foram formados grupos para discutir as soluções previstas pelo Código Florestal. Devido à mudança da equipe da SEMA, foi necessária a renegociação do plano de regularização ambiental piloto. No entanto, a conclusão dos resultados dependerá da adaptação do plano de ação aos procedimentos definidos pelo órgão ambiental estadual, uma vez que a definição do módulo de Plano de Regularização Ambiental (PRA), dentro do SIMCAR, se deu após o período abrangido pelo SFTF III.

A *The Nature Conservancy* também realizou o mapeamento do uso do solo e levantamento dos passivos e ativos de Área de Preservação Permanente, incluindo áreas desmatadas após julho de 2008, áreas consolidadas e vegetação remanescente, em todos os nove municípios de intervenção do projeto.

Uma constatação comum, entre as intervenções levadas a cabo pelos projetos, foi a falta de conhecimento sobre a legislação ambiental pelos produtores, o que está diretamente relacionado à falta de interesse e engajamento na paisagem. Nesse sentido, **para dar escala a processos de regularização ambiental na paisagem, um dos aprendizados foi a necessidade de realizar um trabalho informativo voltado para os produtores rurais**, alertando-os sobre as possibilidades da adequação legal de suas propriedades.

"Nós sabemos que para se chegar a um cenário ou a uma solução de reserva legal, você tem que lidar com várias questões de legislação. Conseguir trabalhar essas informações de uma forma clara e precisa, de maneira que o produtor entenda que ele está inserido nesse contexto, é fundamental para conseguirmos atingir nossos objetivos de adequação ambiental e replicar ações em outros municípios", analisa Alex Schimdt, coordenador de projeto da TNC.

O IPAM e ISA mapearam a hidrografia e o uso do solo no município, utilizando imagens de satélites dos anos de 2001, 2007 e 2016. A partir da hidrografia consolidada e da base fundiária, chegou-se a um déficit de Área de Preservação Per-

manente de 2,9 mil hectares. **O município conta com 595 hectares de Área de Preservação Permanente em processo de restauro, sendo que 105 hectares começaram a ser restaurados com apoio do Projeto Querência+**.

Já em relação aos ativos de Reserva Legal, utilizando os mapas de uso de 2001, 2008 e 2016, o ativo florestal foi estimado em 35.128 hectares (que podem ser desmatados legalmente), o passivo, em 250.000 hectares, e o excedente, em 2001 , em 7.565 hectares (que não podem ser desmatados, mas podem emitir Cota de Reserva Ambiental - CRA).

O passivo ambiental, que pode ser compensado, é de 212.237 hectares (desmatamento anterior a 2008), e o passivo a restaurar foi estimado em 37.220 hectares (desmatamento ocorrido após 2008).

Os diagnósticos realizados pelo IPAM/ISA e pela TNC contribuem para o entendimento e dimensionamento do desafio para a regularização ambiental dos municípios, com a participação de atores locais, que têm unido esforços para tornar Querência e Lucas do Rio Verde mais sustentáveis.

No caso do projeto em Querência, as análises compõem o Plano de Compensação de Reserva Legal, que deverá resultar na proteção de florestas no município ou outras localidades no Mato Grosso. Essa base de dados é essencial para os próximos passos do plano de ação, que envolve a remoção de embargos e a regularização ambiental.



MONITORAMENTO DA RESTAURAÇÃO FLORESTAL COM USO DE IMAGENS OBTIDAS POR DRONE, EM ALTA FLORESTA (MT). FOTO: ICV

CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CADEIA DE VALOR DA RESTAURAÇÃO

Considerando-se que, para a efetiva implementação do Código Florestal e para atender a consequente demanda que deverá ser gerada, visando o cumprimento dos Planos de Regularização Ambiental (PRAs), Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e Planos para Restauração de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), **o desenvolvimento e a estruturação de uma cadeia de valor da restauração** são imprescindíveis para a viabilidade da adequação ambiental das propriedades rurais.

Nesse contexto, o estudo desenvolvido pela *The Natural Conservancy*, que culminou na elaboração do Plano Estratégico para Restauração Florestal para as regiões do Alto do Teles Pires e Alto do Juruena (PERF), adotado como uma das estratégias Produzir, Conservar e Incluir, representa uma grande contribuição para viabilizara restauração em larga escala, mostrando os gargalos para a consolidação da restauração florestal como uma cadeia de valor.

Entre os gargalos levantados, está a oferta de sementes, a estruturação de sua coleta em escala e qualidade, a produção local de mudas e a falta da disseminação de técnicas de restauro adaptadas à região, com boa relação custo/benefício. Além de dificuldades estruturais, ainda há necessidade da capacitação de técnicos para oferecer assistência de qualidade ao produtor rural no processo de restauração e monitoramento das áreas.

O PERF conclui que **as forças identificadas como motrizes (agentes financeiros, fiscalizadores e mercados) são chaves para o desenvolvimento dessa cadeia de valor e a criação de um mercado**, ainda incipiente na região. O uso de produtos madeireiros e não madeireiros oriundos de áreas restauradas, em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, também podem ajudar a alavancar e impulsionar a cadeia produtiva da restauração.

O resultado final de construção do PERF aponta para a **necessidade de se implantar o primeiro ciclo de restauração, a princípio com foco no ordenamento dessa restauração**, integrando a demanda à produção de mudas nos viveiros regionais, e no apoio de ferramentas eficientes de monitoramento dos órgãos fiscalizadores, fortalecendo os mecanismos de comando e controle.

As imagens foram obtidas por satélites Landsat, com resolução de 30 metros, para o ano de 2001; SPOT, com resolução de 2,5 metros para o ano de 2007; e RapydEye, com resolução de 5 metros para o ano de 2016. É importante notar que a estimativa de APPD pode diferir de outras estimativas devido à metodologia utilizada e à alta resolução da hidrografia.

O artigo 68 do Código Florestal determina que os proprietários ou possuidores de imóveis rurais na Amazônia Legal, que possuam um índice de Reserva Legal maior que 50% de cobertura florestal e não tenham desmatado após 2001, poderão utilizar a área excedente para constituir servidão ambiental ou Cota de Reserva Ambiental (CRA).

INCLUSÃO SOCIAL

Na abordagem da Paisagem Sustentável, a inclusão social se faz um tema fundamental e, particularmente, desafiador e transversal, visto que deve ser um preceito para a atuação nas demais áreas quando se trata de propostas que visam contribuir para um desenvolvimento territorial sustentável. Trata-se, portanto, de desenvolver ações que combatam a exclusão aos benefícios da vida em sociedade e possibilitem oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos. Vale ressaltar que gerar um processo de inclusão social numa perspectiva territorial constitui uma tarefa complexa, que demanda uma atuação a longo prazo e que deve focar no fortalecimento da autonomia e empoderamento dos atores sociais locais.



REUNIÃO COM LÍDERES COMUNITÁRIOS DA COMUNIDADE CALLE 4000 DEFENSORES DEL CHACO PARA APRESENTAR O PROJETO DA ADM EM GUAYAIBÍ, PARAGUAI FOTO: A TODO PULMÓN

Durante o SFTF III, as ações executadas pelos projetos objetivaram fomentar a participação ativa de grupos sociais mais vulneráveis - como povos indígenas, agricultores familiares e comunidades locais - em arranjos produtivos e comerciais locais e no processo de tomada de decisões que afetam o território através de grupos de governança, bem como, seu acesso a políticas públicas para regularização fundiária e ambiental. O projeto Querência+ propôs avaliar melhores oportunidades para promover a agricultura familiar e de pequena escala, identificando **o potencial econômico das principais cadeias produtivas dos assentamentos** no município, tendo em vista dar suporte a maior diversificação da produção e acesso ao mercado local. O estudo realizado permitiu observar que existe uma demanda local por alimentos, especialmente hortifrutigranjeiros, - suprida atualmente por outros municípios e estados - que poderiam ser produzidos e fornecidos pela agricultura familiar local.

Os resultados foram apresentados aos assentados, os quais receberam, paralelamente, orientações para a organização das cadeias produtivas da suinocultura, mandiocultura, do leite, da bovinocultura de corte e do palmito pupunha.

"Para nós, o projeto foi muito bom. O ISA e o IPAM nos ajudaram a saber como nos organizar. Foram formados pequenos grupos de produtores por setor, para facilitar a venda do leite e da pupunha. Na parte de comercialização, o projeto sempre tem dado apoio. Está sendo fundamental, e os profissionais são excelentes. É uma ajuda que não tínhamos, de extrema importância para o nosso crescimento. O pessoal está começando a entender que, ao produzir com organização, fica mais fácil ter a subsistência. Você pode produzir um pouquinho de cada coisa e somar bastante. Nós estamos nos estruturando", conta ***Kezia Dias de Souza, do assentamento Pingos D'Água, em Querência.***

"Essas cinco cadeias estão, agora, mais estruturadas e organizadas dentro dos assentamentos. Quando chegamos as iniciativas estavam mais pulverizadas, hoje nós sabemos quem são os atores que trabalham dentro dessas cadeias. Fizemos várias reuniões para mostrar como uma organização funciona, como o produto entra no mercado, como é beneficiado. Essa foi uma ação bem concreta do projeto", conta Valter Hiron da Silva Jr., técnico de desenvolvimento socioambiental, do ISA.

Sobre o trabalho realizado no assentamento Pingos D'Água, em Querência, a produtora Kezia Dias de Souza conta que o projeto deu suporte à organização de produtores por setor, para facilitar a comercialização dos produtos.

"As duas frentes de produção que temos aqui no assentamento são o leite e a pupunha. Nós ainda não nos consideramos produtores de leite, porque precisaríamos ter uma lucratividade maior para sobreviver desta atividade. Iniciamos há pouco tempo e tivemos um investimento muito alto. Se eu for calcular o investimento que fiz até hoje e o que ganhei, nem chega a empatar", analisa.

A produtora explica que novos investimentos serão necessários a fim de alcançar a produtividade e lucratividade esperada a longo prazo e que os assentados irão discutir a possibilidade de converter a área de soja dentro dos lotes para a pecuária para aumentar o volume de leite produzido dentro do assentamento. Durante o SFTF III, alguns dos produtores começaram a participar do projeto "Balde Cheio" da Embrapa, que visa o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira através da transferência de tecnologia e intensificação da produção.

Em Confresa, município de atuação do projeto com o EII, o trabalho junto ao Conselho de Desenvolvimento Rural, composto majoritariamente por assentados da reforma agrária, trouxe a demanda pela diversificação produtiva como um dos aspectos prementes para a elaboração de planos de ação para o município. O tema foi também abordado dentro do *policy brief* desenvolvido pelo ICV[4], o qual atestou a necessidade de trabalho para o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios do Norte de Mato Grosso.

Dessa maneira, os três projetos desenvolvidos no Mato Grosso, tanto na região Norte, quanto Nordeste, concluem que, para um desenvolvimento territorial inclusivo em áreas de originação de soja, faz-se necessário incentivar a manutenção e a diversificação da produção e do abastecimento local, a geração de renda e o acesso a mercados mais estáveis por parte da agricultura familiar. Para tanto, **investimentos em assistência técnica voltada à capacitação e organização de pequenos produtores** demonstram ser ferramentas úteis e necessárias para a construção de paisagens sustentáveis. Um primeiro passo nessa direção, consiste na elaboração de diagnósticos das cadeias produtivas já existentes e a verificação de possíveis conexões com mercados consumidores locais.

Ao longo do SFTF III os projetos também puderam contribuir para a **inclusão social em grupos de governança**, articulando e mobilizando representantes de diferentes setores em espaços mais participativos para a tomada de decisões e planejamento de ações conjuntas no território[5].

No caso do projeto do IPAM e ISA, a criação do fórum multissetorial e o restabelecimento do CMMA contribuíram para

[4] Por serem transversais, os resultados alcançados por esse projeto constam dentro da área de Conversação.



REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE CONFRESA (MT) PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL.
FOTO: JOYCE BRANDÃO

a construção de espaços de diálogo mais democráticos. O projeto teve êxito em fomentar a participação de agricultores familiares e povos indígenas - que detém uma parcela significativa do território de Querência – nesses espaços, entretanto, a presença dos últimos nos grupos de governança ainda é um assunto delicado entre os produtores rurais, mesmo com a inexistência de conflitos diretos entre os grupos sociais.

"O fórum se tornou um espaço para os povos indígenas poderem se apresentar e mostrar as atividades que eles estavam fazendo. Foi uma derivação da própria dinâmica dessa abordagem territorial", Rodrigo Junqueira, do ISA.

Para Valter, do ISA, o grande desafio no fomento a maior representatividade dos atores sociais dentro dos espaços para a governança local tem sido envolver os grandes produtores.

"O nosso maior desafio está sendo envolver os grandes produtores. Hoje, nós não temos problemas em conseguir o envolvimento de indígenas, assim como dos assentados e pequenos produtores, que já estão participando da discussão sobre a adequação dos passivos ambientais. O grande produtor, a gente ainda tem uma dificuldade bem grande de trazer ele para essa discussão"

Já o projeto com o IABA, no Oeste da Bahia, obteve sucesso na condução da formação do Conselho Gestor da APA Bacia do Rio de Janeiro, cuja representatividade social dos membros é prevista por lei, graças a um amplo processo de mobilização e conscientização de todos os grupos sociais atuantes no seu perímetro. Foram eleitos 30 representantes do setor público, do setor privado e da sociedade civil, incluindo a população residente e do entorno da Unidade de Conservação.

O projeto, que no momento dessa publicação se encontra em etapa de elaboração do plano de manejo e validação pelo conselho, tem como um aprendizado a **necessidade de sintetizar de forma clara e objetiva toda a informação produzida** como diagnósticos biofísico e socioeconômico, a fim de **respaldar a tomada de decisão sobre o território, facilitando a comunicação entre os diferentes atores** e permitindo a todas as categorias compreender e participar, com o mesmo nível de conhecimento, do processo de planejamento e gestão territorial.

No Paraguai, o projeto com a ADM, que tinha como um de seus componentes o engajamento das comunidades locais na governança ambiental, foi responsável por desenvolver uma experiência piloto que consistiu na execução de diagnósticos rurais participativos e no desenvolvimento de microprojetos voltados à resolução de problemas enfrentados pelas comunidades locais, focando nos benefícios territoriais compartilhados.

[5] A criação desses grupos multissetoriais foi descrita e analisada no capítulo Governança, entretanto, focaremos nesse capítulo, nos desafios e aprendizados encontrados pelos projetos sob a perspectiva da inclusão social.

"Dentro desse componente, o resultado mais importante foi mudar desejo dos membros das comunidades locais de receber assistência social, para um foco no benefício da comunidade, o que se deu como reflexo das atividades realizadas nos três microprojetos mostrando que com organização estratégica, mudanças são possíveis", explica Lorena Ramirez, da Solidaridad Paraguai.

Além de atuarem na criação de estruturas de governança mais representativas e participativas, ambos os projetos mencionados anteriormente buscaram contribuir para a regularização ambiental de pequenos produtores e/ou assentados da reforma agrária, através do registro de propriedades ou posses nos sistemas estaduais de cadastro ambiental rural (SIMCAR e CEFIR).

No Mato Grosso, o projeto com o IPAM e ISA que tinha como público prioritário das ações para adequação ambiental os assentados de reforma agrária, trouxe como emergente, a **necessidade de definição de procedimentos e ferramentas legais para registro dos lotes de assentamentos no estado do Mato Grosso**.

"O grande desafio continua sendo o módulo para a reforma agrária (dentro do SIMCAR). Enquanto ele não for estabelecido, as áreas de reforma agrária vão continuar sendo lançadas no sistema como posse e corre-se o risco de que isso seja modificado novamente mais adiante, tendo que haver uma validação diferente, que é o que já está acontecendo com os CARs realizados antes da mudança de sistema", explica Valter, do ISA.

Já no caso do projeto com o IAIBA, no Oeste da Bahia, as ações implementadas têm contribuído paralelamente para a inserção de pequenos produtores no processo de regularização ambiental dentro da APA Bacia do Rio de Janeiro, como conta Alessandra Chaves.

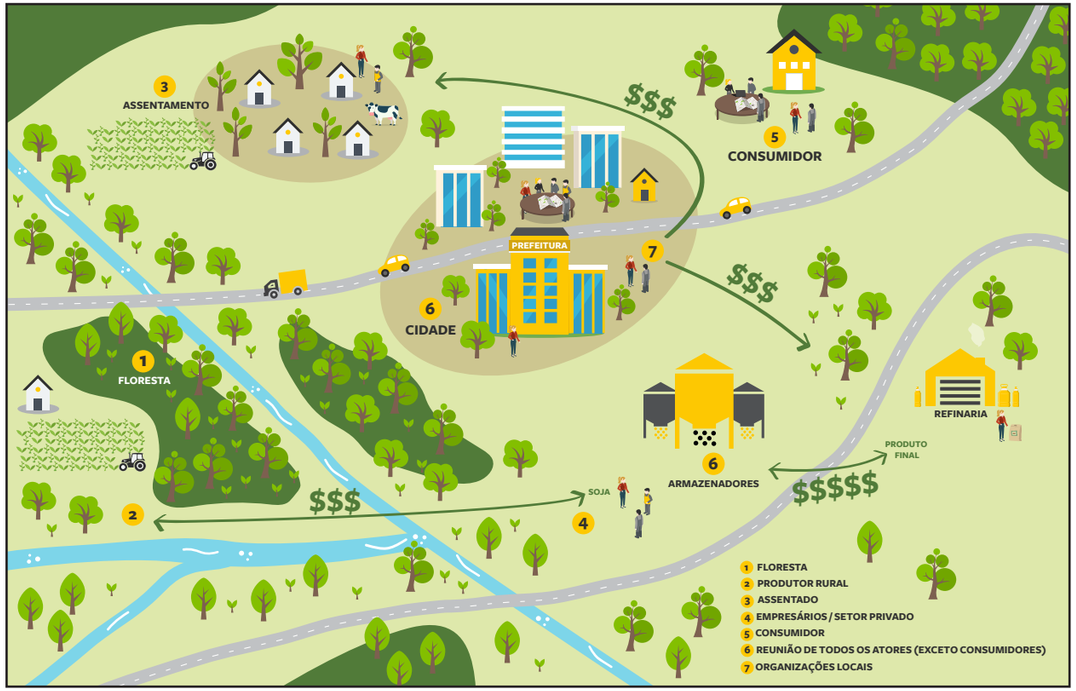
"Os produtores estão concentrando esforços para que as empresas, que foram contratadas pelo Estado para fazer o CEFIR, façam o cadastro desses agricultores familiares. Outra coisa que estamos conseguindo, que é um avanço também, é pensar o aspecto social dentro da APA. Pensar o que a gente pode fazer como grande produtor, ou como associação do agronegócio para, de alguma maneira, capacitar os pequenos produtores desse território através de cursos do SENAR, por exemplo", explica.



REUNIÃO DO CMMA (CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE) COM MÚLTIPLOS ATORES DE QUERÊNCIA/MT.
FOTO: IPAM

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O setor de negócios desempenha um papel de grande relevância para a construção e manutenção de uma paisagem sustentável, pois estabelece o elo entre a produção e o mercado, ou seja, conecta o campo ao consumidor, podendo contribuir substancialmente para a mudança nas práticas produtivas, por meio do estabelecimento de políticas de compra e venda e do engajamento e realização de investimentos alinhados ao território em que estão inseridos seus fornecedores.



Por outro lado, a abordagem da paisagem mostra-se benéfica para as empresas por trazer uma visão integrada do território e dos atores nele situados, possibilitando uma sinergia entre intervenções para a melhoria das práticas dentro da cadeia produtiva e políticas públicas voltadas à produção sustentável e ao desenvolvimento da região. Dessa forma, a atuação sob uma perspectiva territorial integrada pode favorecer o aumento da qualidade de vida e da legalidade de municípios com baixos índices de desenvolvimento e com histórico de elevadas taxas de desmatamento, colaborando para a redução de riscos nessas regiões, atraindo investimentos e abrindo novos mercados.

Através dos projetos implementados ao longo do SFTF III, buscou-se desenvolver casos de negócio dentro de uma abordagem de paisagens sustentáveis, no entanto, em função de seu curto período de duração, os benefícios alcançados foram limitados, fornecendo

De modo geral, as empresas puderam vivenciar o valor agregado que a abordagem da paisagem trouxe aos negócios, permitindo ampliar o olhar sobre o território,

potencializando ações convergentes por parte de atores de diferentes setores e, dessa maneira, aumentando a escala de impacto no processo de melhoria contínua e adoção de boas práticas.

"A relevância dessas parcerias está no fato de conseguir estabelecer projetos que tenham tanto uma vinculação direta com a questão comercial e estrutura da empresa, quanto um ganho para sociedade. Quando se criam projetos para pensar como trabalhar melhor em uma região e se tem parceiros para planejar ações conjuntas, eles oferecem um outro olhar, permitindo um avanço na perspectiva que, geralmente, a empresa tem. Então, essa parceria é muito positiva", analisa Juliana de Lavor Lopes, diretora de sustentabilidade da Amaggi.

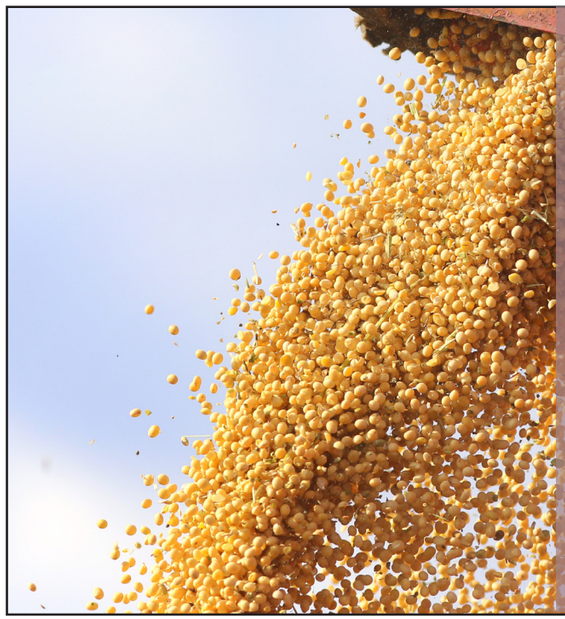
"O trabalho no enfoque de Paisagens Sustentáveis, buscando sinergias entre os diferentes atores, permitiu que o impacto alcançado no território fosse maior. Estamos somando esforços, trabalhando desde o setor privado à sociedade civil de uma maneira coordenada e construtiva", aponta Ana Yaluff, gerente de sustentabilidade da *Archer Daniels Midland* (ADM).

"O diferencial do projeto foi a convivência entre diferentes setores da sociedade, buscando resultados socioambientais que beneficiem a todos que estiverem atuando dentro do território. No início, era muito difícil o diálogo entre produtores e ambientalistas. Hoje, ainda existem divergências, mas a percepção é de que podemos produzir, conservar e agregar valor aos produtos oriundos de Querência", descarta Caio Penido, gerente de sustentabilidade do Grupo Roncador.

Dentro dessa perspectiva territorial, a fim de garantir a origem do produto, bem como permitir uma **maior transparência ao longo dos elos da cadeia produtiva**, alguns projetos do SFTF III propuseram o desenvolvimento e aplicação de sistemas de monitoramento e verificação para avaliar o desempenho da sustentabilidade na produção e nas áreas de fornecimento.

Vale ressaltar que o uso de tais ferramentas permite aprofundar o conhecimento dos riscos e desafios nas áreas de produção, contribuindo na definição de estratégias de negócios mais eficientes e sustentáveis para as cadeias produtivas, tanto no caso da soja, como da carne.

Os resultados e aprendizados obtidos no SFTF III, dentro da área de negócios, serão discutidos com maior ênfase nos tópicos a seguir.



"Com um olhar voltado para a paisagem, é possível priorizar áreas para restauração florestal que trarão maiores ganhos ambientais. Este olhar também possibilita a identificação de áreas a serem restauradas com maior potencialidade de regeneração natural pela proximidade de fragmentos florestais e fluxo de animais silvestres, reduzindo, assim, os custos na restauração florestal", ***Weslei Butturi, Analista de Geotecnologias do ICV***

ENGAJAMENTO DE COFINANCIADORES DO SETOR PRIVADO NA PAISAGEM

Os projetos do SFTF contaram com cofinanciamento da iniciativa privada. Nessa fase III, experimentou-se o **cofinanciamento territorial**, uma nova modalidade que se estabeleceu por meio da articulação de parcerias com empresas e organizações do setor privado que possuem atuação nos territórios de execução dos projetos. A partir dessas parcerias, investimentos e ações foram priorizadas pelos cofinaciadores para esses municípios.

Além da otimização no uso de recursos, **a participação de empresas e organizações do setor produtivo nas atividades dos projetos foi estratégica** para dar suporte à articulação e à mobilização de produtores e fornecedores. *"Essa parceria com o setor privado foi crucial no desenvolvimento do projeto. Muita coisa não daria certo se eles não acionassem suas equipes , não ajudassem com os contatos, não convidassem os produtores e fornecedores da cadeia para participar"*, declara Giovana Baggio, da *The Natural Conservancy*.

No projeto com o IPAM e ISA, a participação dos cofinanciadores foi formalizada por meio de um comitê gestor, que contribuiu para o direcionamento das ações e para a busca de soluções os desafios encontrados no desenvolvimento do projeto em Querência. A contribuição do setor privado foi direcionada para diversas ações do projeto, como a busca pela solução dos embargos e a implementação do piloto de validação do Cadastro Ambiental Rural no município. Ademais, **os cofinanciadores participaram do Fórum Multissetorial e deram suporte para a construção de um ambiente político para sua implementação, inclusive por meio da articulação dos principais atores locais**.

"Ao participarem de iniciativas como essa, as empresas podem aprender uma nova forma de atuar, estando mais próximas do território no qual possuem interesse. A partir do momento que elas se tornam parceiras dessa iniciativa, conseguem participar de uma maneira diferente, trazendo aprendizados que permitem confirmar ou rever sua estratégia de atuação nesse território. Esse processo gera um aumento da responsabilização, pois permite que as empresas estejam mais próximas e entendam um pouco mais a realidade do município. Vivenciar um projeto como esse, possibilita que elas reorientem suas ações", ***Rodrigo Junqueira, do ISA.***

O projeto trouxe como aprendizado o entendimento de que parcerias entre organizações sociais e o setor privado não são apenas possíveis, mas necessárias, além de aumentarem muito seu potencial de ação sob a paisagem.

"O Grupo Roncador participou da criação do Conselho do Meio Ambiente de Querência e da articulação para o desembargo de áreas dentro do município. Temos muito orgulho dos desdobramentos da iniciativa, que evoluíram para o projeto Querência+: Paisagens Sustentáveis", conta Caio Penido, do Grupo Roncador.

TRANSPARÊNCIA SOBRE O DESEMPENHO NA SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO E DAS ÁREAS DE FORNECIMENTO

Tendo em vista garantir o acompanhamento do desempenho ambiental, social e produtivo das propriedades, bem como a transparência sobre possíveis riscos em áreas de originação de soja, alguns projetos do SFTF III fizeram uso das seguintes ferramentas:

- Adoção de sistemas de melhoria contínua de critérios ambientais, sociais e produtivos nas propriedades produtoras de soja e/ou gado, por meio da verificação e orientação técnica aos produtores rurais sobre mudanças de práticas e adequações necessárias.
- Uso de sistemas de monitoramento para análise de risco nas áreas de produção, que disponibilizam aos compradores finais, varejistas e às *traders* dados socioambientais sobre os municípios onde estão situados os fornecedores.



SILOS EM SÃO JOSÉ DO XINGU (MT).
FOTO: HENRIQUE SANTIAN

Em relação à adoção de sistemas de melhoria contínua, o projeto da Abiove foi frutífero em fortalecer o programa Soja Plus em nove municípios do Oeste baiano e fomentar a melhoria de desempenho em critérios socioambientais em 130 propriedades.

"A Bahia hoje tem o potencial de ser a primeira região de origem sustentável do mundo para a produção da soja. No estado, ela está concentrada em dez municípios do oeste da Bahia, nos quais estamos trabalhando. Se conseguirmos demonstrar que os 200 indicadores do Programa Soja Plus estão sendo atendidos, poderemos falar que a soja de toda a região é de origem sustentável, o que, consequentemente vai abrir novos mercados para os produtores", sinaliza Bernardo Pires, da Abiove.

Contudo, o projeto permitiu observar que há, ainda, entre os produtores rurais uma preocupação em relação à confidencialidade sobre o desempenho socioambiental e produtivo das propriedades, o que dificulta a transparência nas áreas de originação de soja. Uma alternativa encontrada no projeto foi a revelação de desempenho na forma de agrupamentos por região, e não individualmente por fazenda. De forma geral, a abordagem da paisagem contribuiu para potencializar a disseminação e a adoção dos critérios do programa, o que deve atrair melhores perspectivas comerciais para a região e possibilitar o acesso a novos mercados.

O projeto com a ADM também obteve êxito na difusão de boas práticas entre produtores de soja no Paraguai por meio da aplicação de um *checklist* de desempenho socioambiental, baseado no cumprimento legal e no padrão RTRS.

"O projeto Sustentagro é muito importante para a ADM. Desde 2010, temos trabalhado com os produtores para a construção de uma cadeia de fornecimento sustentável. Com a implementação do programa, em conjunto com a Solidaridad e a IDH, temos alcançado maior escala, chegando a mais produtores e comunidades e incluindo outros aspectos da paisagem, como o relacionamento com as prefeituras e o componente de trabalho com florestas nativas", explica Ana Yaluff, gerente de sustentabilidade da ADM.

Já no caso da criação e **uso de ferramentas para análise de risco nas áreas de produção** e monitoramento do desempenho socioambiental dos fornecedores, foram desenvolvidas plataformas *online* para dois projetos durante o SFTF III.

O Instituto Centro de Vida foi responsável por criar uma plataforma para o monitoramento das fazendas do Programa Novo Campo, que fornece informações sobre o cumprimento do Código Florestal, como registro no Cadastro Ambiental Rural, área com cobertura florestal, bem como o diagnóstico ambiental e econômico das propriedades.

"Se não houver um sistema para monitorar e reportar que os produtores estão cumprindo os critérios socioambientais e estão garantindo uma produção dentro de um modelo ou sistema, não temos como demandar mais crédito. Temos que garantir isso de alguma forma, então é necessário um sistema de monitoramento robusto e que garanta que as práticas preconizadas estão sendo atendidas", enfatiza Francisco Beduschi, do ICV.

Ainda que a plataforma esteja em funcionamento e se mostre uma importante ferramenta de monitoramento das áreas produtivas a fim de reconhecer e recompensar o investimentos feitos pelos produtores rurais no campo e conectá-los a mercados mais exigentes, como o europeu, há muito trabalho a ser realizado para **ampliar a escala dos sistemas para monitoramento de propriedades** fornecedoras.

Outra ferramenta de monitoramento elaborada em colaboração com o SFTF III foi a Plataforma *Produce and Protect*, desenvolvida pelo EII no intuito de conectar empresas e consumidores que querem comprar *commodities* sustentáveis nos territórios em que são produzidas. A plataforma pretende viabilizar o acompanhamento de progressos nesses municípios, sendo composta por uma série de indicadores ambientais e sociais, que foram adaptados ao longo do projeto para contemplar as metas da Produzir, Conservar e Incluir (PCI). Sobre a experiência da sua implementação, Oswaldo Carvalho, do EII, pondera:

"Os riscos ainda não são vistos pelos produtores locais, pois ninguém fica sem vender soja e boi. Contudo, o risco existe e é um fator limitante. Nas áreas onde as grandes tradings atuam, elas têm o checklist da sustentabilidade e todo o cuidado na análise de risco. Mas o município não entende isso como um risco em si. A ideia é criar essas regiões de baixo risco para investimentos, mas isso ainda é muito forte só para o setor privado, para o setor público não é uma prioridade".

Embora as plataformas sejam ferramentas importantes para os consumidores finais, varejistas e *tradings* e constituam, simultaneamente, uma oportunidade para demonstrar as melhorias na sustentabilidade que os produtores fazem à paisagem, possibilitando a visualização de indicadores socioambientais; sua conexão com as necessidades municipais ainda está em desenvolvimento. Nesse sentido, uma das lições aprendidas foi a de que a **elaboração de ferramentas de monitoramento territorial de análise de riscos nas áreas de fornecimento de soja deve estar alinhada aos interesses dos atores locais e necessidades dos municípios**, e preferencialmente ligada a metas de maior escala, como a PCI, no caso do MT, para que possa contribuir e gerar melhorias ao longo de toda a cadeia produtiva e em larga escala.

Para Caio Penido, do Grupo Roncador, o principal aprendizado para projetos e parcerias que buscam desenvolver a abordagem de paisagem sustentável para as áreas de originação de soja ou de outras *commodities* agrícolas é a **necessidade de buscar novos mercados e agregar valor aos produtos**.

"Acho que existiu um momento em que o monitoramento e punição foram necessários para que se estabelecesse a mudança de paradigma e a redução do desmatamento. Hoje, acredito que deveríamos focar mais na abertura de novos mercados, que reconheçam os atributos de uma paisagem sustentável, e buscar agregar valor aos produtos originados nela", explica.

CONCLUSÃO

Através do SFTF III, a IDH e a Solidaridad tiveram como objetivo construir e executar, junto a seus parceiros, uma abordagem para acelerar áreas de originação de soja sustentável nos estados do Mato Grosso, Bahia e na região Leste do Paraguai. Essa abordagem se baseia em intervenções integradas na paisagem e no uso de indicadores de monitoramento e avaliação distribuídos em três eixos de atuação.



PRODUTOR DE ALTA FLORESTA (MT) EM SUA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) RESTAURADA, 1,5 ANO APÓS O PLANTIO.
FOTO: ICV

PRINCIPAIS RESULTADOS NOS TRÊS EIXOS DE ATUAÇÃO DO SFTF III
7 projetos: norte e nordeste de Mato Grosso, oeste da Bahia e leste do Paraguai

MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE NEGÓCIOS

- 493 produtores rurais investiram e adotaram sistemas de melhoria contínua de práticas sociais, ambientais e produtivas;
- Desenvolvimento e adaptação de duas plataformas de monitoramento e/ou análise de risco em áreas de originação de soja e gado: a *Produce and Protect*, e a Plataforma do Programa Novo Campo;
- Implementação de duas plataformas de melhoria contínua baseadas na aplicação de *checklists* em propriedades produtoras de soja na Bahia e no Paraguai;
- Desenvolvimento de *policy brief* sobre as oportunidades e desafios na expansão da soja em municípios do Portal da Amazônia;
- Diagnóstico da produção familiar e opções de comercialização no mercado local, no município de Querência;
- Estudo sobre a cadeia produtiva da soja em projetos de assentamento em Querência.

MELHORIA DA GOVERNANÇA DA PAISAGEM

- Formação de Grupos Multissetoriais para elaboração de planos de ação na paisagem nos municípios de Querência, Confresa, Canarana e São José do Xingu, no Mato Grosso;
- Formação do Conselho Gestor da APA Bacia do Rio de Janeiro, na Bahia, e do Grupo de Trabalho Estadual de Restauração Florestal, no Mato Grosso;
- Elaboração de planos de ação com o objetivo de promover a regularização ambiental em municípios do MT e um Plano de Manejo para a APA Bacia do Rio de Janeiro, no oeste da Bahia;
- 848 produtores/funcionários sensibilizados/treinados em legislação e restauração florestal.

MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

- 698.731,38 hectares sob boas práticas agrícolas;
- 225 Cadastros Ambientais Rurais efetuados;
- 493 produtores treinados em boas práticas agrícolas;
- 112,16 hectares de áreas restauradas pelo programa;
- Mapeamento de passivos ambientais de APP em 10 municípios de Mato Grosso;
- Mapeamento de um total de 43 mil hectares de ativos e 277 mil hectares de passivos de Reserva Legal em Lucas do Rio Verde e Querência e cenários de regularização de passivos elaborados;
- Desenvolvimento de estudo para o planejamento geoespacial visando a conectividade da paisagem nos municípios de Carlinda, Paranaíta e Alta Floresta;
- Elaboração do "Plano estratégico para restauração florestal nas regiões do Alto Teles Pires e Alto Juruena";
- Elaboração de "Plano de organização da produção e promoção da comercialização para cadeias produtivas diversificadas em assentamentos de Querência.

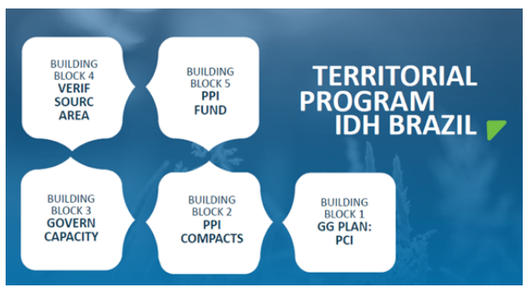
"Um ganho muito grande do SFTF III foi esse processo de construção coletiva, de trazer uma linearidade, um olhar comum para os projetos. Conseguimos realizar um processo dinâmico com as organizações para delinear os componentes que devem existir em uma abordagem de paisagem sustentável, elementos necessários para avançar no conceito de projetos que alinham a produção sustentável de commodities ao desenvolvimento territorial", ***Joyce Brandão, gerente de Programa na Solidaridad Brasil e responsável pela gestão do SFTF III***

"O Programa SFTF 3 mostrou a realidade dos desafios para a implementação da gestão territorial nas regiões agrícolas no Brasil e no Paraguay. Com base nos resultados obtidos pela prática, sabemos hoje que os elementos governança, soluções financeiraa inovadoras e conexão com os mercados são fundamentais para o sucesso da sustentabilidade ao nível territorial.", ***Daniela Mariuzzo, líder do programa de paisagens da IDH no Brasil***

O objetivo dos sete projetos do SFTF III foi aproximar o setor privado, a sociedade civil e o governo para alinhar o crescimento econômico, social e ambiental e desenvolver um planejamento sustentável do uso do solo. Os projetos foram relativamente curtos – dois anos, apenas facilitando o início desse processo. Ainda que em estágios diversos, os projetos obtiveram sucesso na formação de grupos multissetoriais para a definição conjunta de planos de uso do solo com metas para as diferentes regiões, ações que compõem o primeiro bloco essencial de construção no programa de paisagem da IDH no Mato Grosso.

A experiência nesse estado demonstrou que a cooperação entre iniciativas do governo e do terceiro setor conduzem a ações e processos sinérgicos. Os projetos contribuíram para o desenvolvimento da estratégia estadual Produzir, Conservar e Incluir através de estudos diagnósticos, planos para a regularização ambiental nos municípios e regiões, manuais para a restauração florestal, como o realizado pela TNC, usado atualmente como diretriz pelo Mato Grosso, e no desenvolvimento de plataformas de monitoramento, mais notavelmente aquela desenvolvida pelo *Earth Innovation Institute*, que está sendo implementada como plataforma para o monitoramento da PCI. No Mato Grosso, a IDH trabalha como parte da Coalizão da PCI, conduzida pelo Governo de Mato Grosso, para enfrentar o desmatamento e a degradação florestal no estado.

O papel da IDH é trazer investimento internacional para a paisagem, cofinanciar projetos no campo e criar soluções financeiras inovadoras para incentivar produtores a conservar florestas através da intensificação produtiva e da restauração florestal. Para tanto, a IDH atua através de 5 blocos de construção, como ilustrado a seguir:



Desde 2011, quando a Solidaridad e a IDH iniciaram uma colaboração para colocar em prática uma visão de sustentabilidade que surgia dentro da cadeia global da soja, a agropecuária brasileira e dos países vizinhos na América do Sul viveram uma importante transformação. Novos modelos de gestão e a incorporação de critérios socioambientais nos sistemas de produção foram se tornando cada vez mais comuns.

A fase III do programa SFTF permitiu à Solidaridad e seus parceiros testar novas abordagens, ampliando o foco de atuação do nível da propriedade rural para o nível territorial, promovendo o conceito de áreas de fornecimento sustentável. Os esforços passaram a se concentrar em engajar governos, ONGs, setor privado e demais agentes das cadeias de valor agrícolas nas melhorias socioambientais no território. A intervenção restrita às propriedades agrícolas e a determinados produtos mostrou-se limitada, especialmente no que tange a capacidade de executar intervenções com impacto de larga escala.

Os esforços nesse sentido buscaram criar condições em que, diferentes cadeias de valor, diferentes atores e governos locais trabalhassem juntos para a melhoria da performance socioambiental para toda uma região de fornecimento. A abordagem territorial emerge globalmente como uma demanda para o enraizamento da ação social das empresas processadoras e consumidoras finais de soja. Isso significa trazer as decisões tomadas globalmente, para uma escala local, onde estas interajam com as demandas daqueles territórios.

Contudo, na visão da Solidaridad, a abordagem territorial ainda demanda um contínuo engajamento e comprometimento do setor público e, também, do setor privado nas diversas escalas de tomada de decisão. Nesse sentido, a Solidaridad vem fortalecendo sua atuação de forma a ampliar o engajamento de atores globais dos mercados emergentes, como a China, os quais ainda participam timidamente das discussões sobre sustentabilidade e melhoria contínua nas cadeias produtivas globais e suas áreas de fornecimento.

A Solidaridad entende que os atores chineses são peças fundamentais a se engajar nesse movimento, para que compreendam a importância de atuar ativamente na originação sustentável de soja, bem como de outros produtos e, com isso, se tornem capazes de participar de compromissos setoriais que reflitam na sustentabilidade do território produtor da matéria prima, no caso a soja.

BLOCOS DE CONSTRUÇÃO

BLOCO DE CONSTRUÇÃO 1: A ESTRATÉGIA PCI

Constitui, essencialmente, o plano para desmatamento zero no Mato Grosso, visando aumentar a produção e reduzir o desmatamento, bem como restaurar florestas e pastagens degradadas. Um dos pilares para reduzir as taxas de desmatamento é acelerar a adequação legal dos produtores de soja. Como parte da estratégia para atingir a redução do desmatamento, todos os projetos do SFTF III contribuíram para a implementação do Código Florestal e sua adoção em escala. Assim como os programas *Soy Fast Track* I e II demonstraram, o cumprimento do Código Florestal leva à redução no desmatamento causado pela produção de soja. A IDH irá continuar desenvolvendo soluções para reduzir o desmatamento com base no trabalho realizado pelo SFTF, tal como o *policy brief* do ICV sobre a expansão da soja na fronteira Amazônica.

BLOCO DE CONSTRUÇÃO 2: PACTOS REGIONAIS PCI

Pactos regionais são acordos formalizados para assegurar a subsistência de comunidades e melhorar a sustentabilidade e a produtividade da terra. Os acordos permitem investimentos no uso sustentável (pecuária intensiva e adequação legal de produtores de soja) em troca de forte comprometimento na proteção ambiental e inclusão social. Uma vez que um importante aprendizado dos projetos do SFTF III foi a existência de uma grande lacuna entre a elaboração de políticas federais e sua implementação local, o desenvolvimento de pactos irá dar suporte a implementação de políticas de PCI no nível municipal. Neste sentido, um forte alinhamento com o Programa Municípios Sustentáveis também será desenvolvido a fim de trabalhar questões fundiárias. A IDH irá contribuir para organizar o financiamento para cobrir os custos de sua implementação.

BLOCO DE CONSTRUÇÃO 3: CAPACIDADE GOVERNAMENTAL

Para fortalecer a implementação local de políticas federais, um passo importante é obter informações acuradas sobre responsabilidades legais, nas quais a validação do CAR desempenha um papel importante. Em vários projetos esse processo tem sido lento devido a questões de capacidade dentro do governo. Para dar suporte à capacidade governamental, a IDH assinou um Memorando de Entendimento com a SEMA – MT, para acelerar a validação do CAR em 20 municípios com alto risco de desmatamento.

BLOCO DE CONSTRUÇÃO 4: ÁREAS DE FORNECIMENTO VERIFICADAS.

Construindo a demanda de mercado. Em todos os projetos, mas, especialmente nos projetos com a ADM e Abiove, se tornou evidente que os produtores precisam de um incentivo claro dos compradores finais em relação à existência de um mercado para a soja responsável. A IDH facilita o diálogo entre produtores e consumidores para alinhar os critérios e próximos passos para acelerar a produção responsável e comercialização da soja. Para esta finalidade, a IDH organizou um Memorando de Entendimento com a Aprosoja, a Abiove, a Fefac (Federação Europeia de Fabricantes de Alimentos Compostos) e a Fediol (Federação Européia das Indústrias de Oleaginosas). Além disso, a demanda dos atores da cadeia de fornecimento, como os membros do *Consumer Goods Forum* que adotaram comprometimentos de desmatamento zero, irão ser conectados às áreas de pacto. Conectando demanda e fornecimento em grande escala, investimentos a longo prazo e benefícios aos proprietários rurais poderão ser liberados (veja também, o bloco de construção 5) e comprometimentos de desmatamento

zero realizados. O resultado final esperado dos acordos regionais é que eles se tornem áreas de fornecimento verificadas. Áreas de fornecimento verificadas são regiões fornecedoras nas quais o comprador final está plenamente consciente do *status* de sustentabilidade e dos riscos existentes. Sistemas de monitoramento e plataformas como o PAM, desenvolvido pela TNC, ou a Produzir e Conservar, do EII fornecem pa-noramas claros de dados regionais e fortalecem a governança local pública e privada. Os 493 produtores que adotaram sistemas produtivos de melhoria contínua durante os projetos do SFTF III e aqueles que estão trabalhando independentemente tem um caso de negócios claro para continuar nessa direção.

BLOCO DE CONSTRUÇÃO 5: FUNDO PRODUÇÃO, PROTEÇÃO E INCLUSÃO

Um aprendizado chave do SFTF III foi o de que, para dar escalabilidade à restauração e à produção sustentável, o financiamento externo é necessário. Uma facilidade de investimento de redução de riscos chamada *AndGreen Fund* foi desenvolvida pela IDH e a Iniciativa Norueguesa Internacional de Clima e Florestas (NICFI). O fundo será usado para garantir recursos para compensar o risco de investimento do setor privado, de modo que o mesmo tenha corresponsabilidade pela proteção florestal "em troca" do investimento na intensificação da produção em terras já convertidas. O fundo pode, por exemplo, ser usado para reduzir o risco de financiamentos para viveiros, para estimular a economia da restauração, para restaurar pastagens e para acelerar o processo de intensificação da produção da carne.

APRENDIZADOS CHAVE

GOVERNANÇA

• O estabelecimento de mecanismos de governança depende de diversas variáveis locais, desde o histórico de mobilização de atores, ao comprometimento do setor privado no território e, por essa razão, as estratégias para o seu fomento devem ser delineadas e implementadas conforme premissas básicas de participação, identificando temas prioritários para maior comprometimento dos atores a longo prazo.

• Para um processo efetivo de governança faz-se necessário um trabalho de mobilização, articulação e capacitação contínua dos atores sociais e agentes multiplicadores locais, bem como o estabelecimento de um objetivo claro e simples para a construção de planos de ação mutuamente acordados para o território.

• Ainda há uma lacuna entre as decisões do setor público nas escalas federal, estadual e municipal e sua implementação no nível local, assim como, uma falta de alinhamento entre as instituições públicas envolvidas no processo de regularização ambiental. Para minimizar essa lacuna, ferramentas e mecanismos de comunicação entre as diferentes escalas devem ser desenvolvidos a fim de melhorar o diálogo intra e intersetorial.

• Da mesma forma, notou-se que também há uma lacuna entre os acordos assinados para melhoria da sustentabilidade pelo setor produtivo empresarial e a sua atuação local, de modo que um efetivo engajamento no território, por meio de uma participação mais assídua em grupos de governança, se faz prioritário, aumentando sua representatividade nesses espaços.

• O estabelecimento e a formalização de acordos para uma atuação conjunta entre diferentes organizações e/ou setores no território oferecem credibilidade ao estabelecimento de planos e metas de curto, médio e longo prazo para a melhoria da sustentabilidade da paisagem.

• Ferramentas para o monitoramento e análise de risco em áreas de originação de soja e gado, como plataformas *online*, ainda estão muito focadas em atender às demandas do setor privado, não dialogando diretamente com a governança local.

PRODUÇÃO

• A construção de um relacionamento de confiança com os produtores rurais, bem como o estabelecimento de parcerias sólidas nas regiões de atuação são a base para um trabalho de melhoria contínua nas propriedades.

• Sistemas intensivos de produção, como da carne e de integração lavoura-pecuária, constituem técnicas consolidadas que ainda precisam ser escalonadas, tanto para a promoção de melhores práticas agronômicas e econômicas, quanto para a contribuição na redução de desmatamento para fins produtivos.

• A fim de que o produtor aprimore práticas integradas de produção, é necessário fornecer assistência técnica bem preparada que inclua os aspectos econômico, social, ambiental e produtivo para melhorar suas habilidades de gestão integrada da propriedade.

• Para mitigar impactos negativos da produção de soja é necessário considerar e estimular as cadeias estruturais da economia local, como a pecuária e a agricultura familiar e sua relação com a manutenção dos serviços ecossistêmicos, buscando construir soluções compartilhadas para a sustentabilidade do uso do solo e dos recursos naturais.

CONSERVAÇÃO

• A validação do CAR é um passo fundamental para a regularização ambiental, portanto a aceleração desse procedimento se faz premente para estabelecer estratégias social, ambiental e economicamente eficientes para o planejamento de uso do solo.

• A análise espacial contendo a identificação precisa de ativos e passivos ambientais e a comunicação sobre as possibilidades para a adequação legal no território, junto aos produtores rurais, contribui para seu maior engajamento no processo de regularização ambiental e na definição de estratégias para o uso do solo.

• É fundamental atrair investimentos e aumentar o engajamento do setor privado no desenvolvimento de incentivos para o estabelecimento e escalabilidade da cadeia de valor da restauração florestal.

• Para que a recuperação de áreas degradadas seja tangível, é preciso que se inicie o primeiro ciclo de restauração com vistas ao ordenamento dessa cadeia, integrando a demanda à produção de mudas nos viveiros regionais.

• Mecanismos de comando e controle devem ser fortalecidos através do uso de ferramentas eficientes de monitoramento para que a regularização ambiental das propriedades ocorra conforme previsto pela legislação.

INCLUSÃO SOCIAL

• Investimentos em assistência técnica voltada à capacitação de pequenos produtores e agricultores familiares e à organização das cadeias produtivas demonstraram ser meios eficazes para incentivar a manutenção e diversificação da produção e do abastecimento local, a geração de renda e o acesso a mercados mais estáveis. Um primeiro passo nessa direção, consiste na elaboração de diagnósticos das cadeias produtivas já existentes e a verificação de possíveis conexões com mercados

consumidores locais.

• A estratégia para a mobilização de atores no campo deve ser desenvolvida de modo a considerar todos os grupos sociais existentes no território, especialmente os grupos vulneráveis, a fim de garantir sua representatividade nos grupos de governança local.

• A participação é um preceito para que os espaços de governança local sejam plataformas efetivas para a tomada de decisão conjunta. Para assegurá-la, é fundamental o nivelamento de conhecimento no processo de planejamento e gestão territorial através de síntese e comunicação clara e precisa das informações produzidas por diagnósticos biofísicos e socioecononômicos.

• Investimentos em assistência técnica visando o suporte à inserção de pequenas propriedades no CAR e na agenda pós-CAR podem contribuir para o engajamento e empoderamento de pequenos produtores e agricultores familiares no território.

• Para que as ações visando a adequação ambiental de assentamentos de reforma agrária se tornem mais eficientes e frutíferas, faz-se imprescindível que procedimentos e ferramentas legais para registro dos lotes estejam definidos e disponíveis.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

• Ações integradas no território trazem um valor agregado para o setor empresarial do ponto de vista comercial e, ao mesmo tempo, permitem ampliar o olhar e o entendimento sobre a realidade da região onde atua, contribuindo para aumentar sua participação e corresponsabilização em ações conjuntas para o território.

• A abordagem da paisagem possibilita a sinergia entre ações promovidas pelos diferentes atores, ampliando seu impacto na melhoria da sustentabilidade local, bem como, os benefícios para a paisagem, agregando valor aos produtos oriundos desses territórios.

• Sistemas de monitoramento para análise de risco em áreas de originação de soja e gado constituem uma ferramenta para reconhecer e recompensar os investimentos feitos pelos produtores para a melhoria da sustentabilidade nestas regiões. Embora mercados mais exigentes, como o europeu, queiram se tornar capazes de monitorar áreas de fornecimento, ainda há uma dissociação na atuação do mercado nestas regiões.

• Embora a elaboração de ferramentas para o monitoramento do desempenho e análise de riscos tenha o potencial de integrar as responsabilidades dos fornecedores globais a melhorias no campo, há a necessidade de um trabalho para o alinhamento das expectativas e necessidades nas diferentes escalas, global e local, para que sejam capazes de fomentar melhorias nos territórios abrangidos.

"Um ponto forte desse processo de implementação foi ajudar a definir um conceito de abordagem territorial que complementasse a nossa abordagem de cadeia de produção. Ele nos ajudou na formatação desse conceito, ainda em desenvolvimento dentro da Solidaridad, que auxilia nosso trabalho com as cadeias produtivas. Agora, nós estamos combinando nossa atuação dentro da cadeia com a governança e a abordagem territorial de Paisagens Sustentáveis", ***Fatima Cardoso, gerente -geral da Solidaridad no Brasil***

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ADM – *Archer Daniels Midland*

AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Ambiental

APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso

CAPECO - *Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas*

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

CF – Código Florestal

CMMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente

CRA – Cota de Reserva Ambiental

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DGEEC – *Direción General de Estadísticas, Encuestas y Censos*

EII – *Earth Innovation Institute*

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FEDIOL - *The European Vegetable Oil and Proteinmeal Industry*

FAFAC – *European Feed Manufacturers' Federation*

IAIBA – Instituto Aiba

IFAD – *International Fund for Agriculture Development*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV – Instituto Centro de Vida

IDH – Iniciativa de Comércio Sustentável

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPAM – Instituto de Pesquisa da Amazônia

ISA – Instituto Socioambiental

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NICFI - *Norway's International Climate and Forest Initiative*

ONG – Organização Não Governamental

PRA – Programa de Regularização Ambiental

PRODES – Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMDBBS – Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros

PMS – Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis

PCI – Estratégia Produzir, Conservar e Incluir

PERF – Plano Estratégico de Restauração Florestal

PRADA – Plano para a Restauração de Áreas Degradadas e Alteradas

REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação

RL – Reserva Legal

RTRS – *Round Table of Responsible Soy*

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SICAR – Sistema de Cadastro Ambiental

SIMCAR – Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SFTF – *Soy Fast Track Fund*

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TNC – *The Nature Conservancy*

USDA – *United States Department of Agriculture*

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para saber mais sobre a certificação RTRS acesse:
http://www.responsiblesoy.org/?lang=pt

Para saber mais sobre o Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis acesse:
http://municipiossustentaveis.mt.gov.br/#!home

Para mais informações sobre a estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) acesse:
http://www.pci.mt.gov.br/

A plataforma "*Produce and Protect*" está disponível em: **http://produceprotectplatform.com/**

O "Plano Estratégico de Restauração Florestal para as regiões do Alto Teles Pires e Alto Juruena (PERF/MT)" está disponível em: **https://www.nature.org/media/brasil/plano-estrategico-resta-uracao.pdf**

O diagnóstico socioambiental de Querência está disponível em:
http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Diagnostico_final.pdf

O estudo "Uso das geotecnologias para o planejamento espacial e monitoramento da restauração florestal em Áreas de Preservação Permanente Degradadas (APPDS)" está disponível em:
http://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Monitoramento_APPDs_web.pdf

A "Cartilha sobre regularização ambiental de propriedades rurais na Bahia" está disponível em:
http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2016/11/cartilha-meio-ambiente-AIBA-2-edicao-digital.pdf

O folder "Regularidade ambiental das indústrias de beneficiamento de algodão" está disponível em:
http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Manual-Algodoeira-Finalizado-Digital.pdf

O folder "Gestão de resíduos sólidos em propriedades rurais" está disponível em:
http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2017/01/folder-residuos-publicacao-digital.pdf





Solidaridad

the sustainable trade initiative